

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALICE CARNEIRO SIQUEIRA

**APLICAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
DA ONU E PRÁTICAS ESG NAS EMPRESAS DE COSMÉTICOS BRASILEIRAS:
GRUPO O BOTICÁRIO E NATURA (2019 - 2022)**

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2024**

ALICE CARNEIRO SIQUEIRA

**APLICAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
DA ONU E PRÁTICAS ESG NAS EMPRESAS DE COSMÉTICOS BRASILEIRAS:
GRUPO O BOTICÁRIO E NATURA (2019 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Letícia Britto dos Santos

De acordo,

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S628a Siqueira, Alice Carneiro
Aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
(ODS) da ONU e Práticas ESG nas Empresas de Cosméticos
Brasileiras: Grupo O Boticário e Natura (2019 - 2022) / Alice
Carneiro Siqueira.
102 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.
"Orientação: Letícia Britto dos Santos".

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável da ONU. 3. Environmental, Social
and Governance (ESG). 4. Neoliberalismo. 5. Economia Verde. I.
Título.

ALICE CARNEIRO SIQUEIRA

**APLICAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
DA ONU E PRÁTICAS ESG NAS EMPRESAS DE COSMÉTICOS BRASILEIRAS:
GRUPO O BOTICÁRIO E NATURA (2019 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Letícia Britto dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 25/11/2024

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Britto dos Santos

Banca Avaliadora: Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt

Banca Avaliadora: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

Dedico este trabalho àqueles que me sustentaram com um amor imensurável e que, com gestos de apoio e carinho, me permitiram chegar até aqui. Aos meus heróis, mamãe e papai, Maria Rita e Ivaldo.

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo. - Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Inicio esses agradecimentos com minha gratidão a Deus, que me guiou em cada passo dessa jornada. Sem Ele ao meu lado, nada disso seria possível.

Ao meu pai, Ivaldo, que com sua luta diária tornou esse sonho possível. Papai, obrigada pelo seu amor incondicional e pelo cuidado com os meus sonhos; saiba que cada conquista minha traz o seu esforço e a sua dedicação. Eu te amo profundamente!

Ao amor da minha vida, Ramiro, minha gratidão por ser meu maior apoiador, melhor amigo e meu porto seguro. Obrigada por ser meu companheiro incansável, por me fazer sorrir mesmo nos dias mais desafiadores e por transformar cada momento ao seu lado em uma lembrança inesquecível. De todas as maravilhas que a vida me trouxe desde que me mudei para esta fronteira, você é, sem dúvida, a melhor delas. Eu te amo.

À professora Letícia Britto, minha orientadora. Obrigada pela paciência, carinho e por cada palavra de incentivo. Há um pedaço do seu coração neste trabalho, e eu sou imensamente grata por sua orientação e dedicação.

Ao meu amigo Bruno, um presente que ganhei quando cheguei aqui. Obrigada por cada riso e cada lágrima compartilhada, por me acolher e me apoiar em cada momento. E à minha amiga querida Andréa Paula, Paulinha, impossível listar tudo o que quero agradecer. Obrigada por ser minha confidente, meu abraço nos dias difíceis e por me fazer sentir sempre amada. Sua amizade é um tesouro que não sabia que precisava tanto. À minha amiga Tuany, que trouxe leveza e alegria aos meus últimos anos. Obrigada por cada momento divertido e por tornar esta jornada mais feliz.

Aos meus colegas de turma, com quem compartilhei os altos e baixos desses quatro anos. Obrigada pela companhia em cada etapa dessa caminhada.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, minha eterna gratidão. Professores Rafael Balardim, Fábio Bento, Kamilla Rizzi, Flávio Lira, Fernando Meinero, Anna Carletti, Nathaly Shutz, Rafael Schimidt, Renato Costa, Rafael Ferraz, Jair Coitinho, Alessandra Troian, Márcio Guimarães, e novamente Letícia Britto, obrigada por compartilharem seu conhecimento e por contribuírem para meu crescimento.

E, por fim, o agradecimento vai para minha mãe, a razão de eu ser quem sou. Mamãe, deixei você por último porque sabia que seria o mais emotivo agradecimento. Escrevo essas palavras com lágrimas nos olhos; nenhuma delas será suficiente para expressar o que sinto.

Obrigada por sonhar os meus sonhos, por ser minha luz e por me fazer sentir mais forte a cada passo. Tudo o que faço tem um pouco de você, e a cada conquista minha, vejo o reflexo do seu amor e do seu caráter. Se cheguei até aqui, foi graças a você e ao seu amor infinito. Esse trabalho é nosso, porque ele carrega sua essência. Você é minha melhor amiga e a melhor mãe do mundo. Eu te amo com todo o meu ser, para sempre.

RESUMO

A pesquisa visa entender como a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e os critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) influenciam na adoção de práticas sustentáveis nas empresas de cosméticos brasileiras, em especial, os Grupos Natura e Boticário. Os objetivos incluem, além de analisar e avaliar a integração dos ODS e das práticas ESG em ambas as empresas, também analisar os relatórios de sustentabilidade dos dois grupos a fim de verificar as práticas de ESG e ODS adotadas por elas; apresentar o histórico da sustentabilidade nos séculos XX e XXI na sociedade internacional e apontar as limitações do neoliberalismo, apresentando a economia verde como uma alternativa de um modelo econômico mais sustentável. A abordagem metodológica é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica em artigos acadêmicos e livros. Para análise dos relatórios será utilizado o método de estudo de caso. São resultados dessa pesquisa: i) A adoção dos ODS e práticas ESG pelo Grupo Boticário e Natura reflete um compromisso com a sustentabilidade corporativa, evidenciado por estratégias que reduzem impactos ambientais, promovem inclusão social e fortalecem a governança; ii) as práticas sustentáveis das empresas reforçam uma transição para a economia verde, com responsabilidade ambiental e superando as limitações do modelo neoliberal focado no lucro a curto prazo; iii) ambas as empresas demonstram estruturas de governança, mantendo uma abordagem ética e transparente; iv) a atuação dos grupos evidencia que empresas de grande porte no setor cosmético podem liderar transformações significativas em suas práticas de sustentabilidade, servindo de modelo para outras empresas que buscam fortalecer seu impacto socioambiental. Em suma, a pesquisa valida a hipótese de que os grupos Boticário e Natura demonstram um compromisso substancial com a adoção de práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG), alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, refletido em seus relatórios de sustentabilidade no período de 2019 a 2022. Destaca-se que este estudo poderá contribuir para a área de Relações Internacionais, por tratar de um tema que têm ganhado cada vez mais ênfase no cenário internacional, podendo auxiliar o meio acadêmico, ao fornecer uma análise mais aprofundada e atualizada sobre a adoção de práticas sustentáveis no meio corporativo, visando promover um desenvolvimento mais sustentável e responsável no Brasil e no mundo.

RESUMEN

La investigación busca entender cómo la integración de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU y los criterios ambientales, sociales y de gobernanza (ESG) influyen en la adopción e implementación de prácticas sostenibles en las empresas de cosméticos brasileñas, especialmente en los Grupos Natura y Boticário. Los objetivos incluyen, además de analizar y evaluar la integración de los ODS y las prácticas ESG en ambas las empresas, también analizar los informes de sostenibilidad de los dos grupos para verificar las prácticas de ESG y ODS adoptadas por ellas; presentar el historial de la sostenibilidad en los siglos XX y XXI en la sociedad internacional y señalar las limitaciones del neoliberalismo, proponiendo la economía verde como una alternativa a un modelo económico más sostenible. La metodología es cualitativa, basada en una revisión bibliográfica de artículos académicos y libros. Para el análisis de los informes se utilizará el método de estudio de caso. Los resultados de esta investigación son: i) La adopción de los ODS y las prácticas ESG por parte de los Grupos Boticário y Natura refleja un compromiso con la sostenibilidad corporativa, evidenciado por estrategias que reducen los impactos ambientales, promueven la inclusión social y fortalecen la gobernanza; ii) Las prácticas sostenibles de las empresas refuerzan una transición hacia la economía verde, con responsabilidad ambiental y superando las limitaciones del modelo neoliberal enfocado en las ganancias a corto plazo; iii) Ambas empresas demuestran estructuras de gobernanza, manteniendo un enfoque ético y transparente; iv) La actuación de los grupos evidencia que las empresas de gran tamaño en el sector cosmético pueden liderar transformaciones significativas en sus prácticas de sostenibilidad, sirviendo de modelo para otras empresas que buscan fortalecer su impacto socioambiental. En resumen, la investigación valida la hipótesis de que los grupos Boticário y Natura demuestran un compromiso sustancial con la adopción de prácticas ambientales, sociales y de gobernanza corporativa (ESG), alineadas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU, reflejados en sus informes de sostenibilidad en el período de 2019 a 2022. Se destaca que este estudio puede contribuir al área de Relaciones Internacionales, al tratar un tema que ha ganado cada vez más énfasis en el escenario internacional, pudiendo ayudar al ámbito académico, al proporcionar un análisis más profundo y actualizado sobre la adopción de prácticas sostenibles en el entorno corporativo, buscando promover un desarrollo más sostenible y responsable en Brasil y en el mundo.

ABSTRACT

The research aims to understand how the integration of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) and environmental, social, and governance (ESG) criteria influence the adoption and implementation of sustainable practices in Brazilian cosmetics companies, particularly in the Natura and Boticário Groups. The objectives include, in addition to analyzing and evaluating the integration of the SDGs and ESG practices in both companies, also examining the sustainability reports of the two groups to verify the ESG and SDG practices adopted by them; presenting the historical background of sustainability in the 20th and 21st centuries in international society and highlighting the limitations of neoliberalism, proposing the green economy as an alternative for a more sustainable economic model. The methodological approach is qualitative, based on a literature review of academic articles and books. The case study method will be used for the analysis of the reports. The results of this research include: i) The adoption of the SDGs and ESG practices by the Boticário and Natura Groups reflects a commitment to corporate sustainability, evidenced by strategies that reduce environmental impacts, promote social inclusion, and strengthen governance; ii) The companies' sustainable practices reinforce a transition to the green economy, with environmental responsibility and overcoming the limitations of the neoliberal model focused on short-term profit; iii) Both companies demonstrate governance structures, maintaining an ethical and transparent approach; iv) The actions of the groups show that large companies in the cosmetics sector can lead significant transformations in their sustainability practices, serving as models for other companies that seek to strengthen their socio-environmental impact. In summary, the research validates the hypothesis that the Boticário and Natura Groups demonstrate a substantial commitment to adopting environmental, social, and corporate governance (ESG) practices, aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), as reflected in their sustainability reports from 2019 to 2022. It is emphasized that this study could contribute to the field of International Relations, as it addresses a topic that has gained increasing emphasis on the international stage, potentially assisting the academic community by providing a more in-depth and updated analysis of the adoption of sustainable practices in the corporate sector, aiming to promote more sustainable and responsible development in Brazil and worldwide.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	21
FIGURA 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	24
FIGURA 3 - Visão de sustentabilidade da Natura.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABS - Acesso e Repartição de Benefícios
CBD - Convenção sobre Diversidade Biológica
CDP - Carbon Disclosure Project
CERES - Coalition for Environmentally Responsible Economies
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNODS - Comissão Nacional para os ODS
DAMF - Dê a Mão para o Futuro
DJSI - Índice de Sustentabilidade Dow Jones
EPA - Agência de Proteção Ambiental
ESG - Environmental, Social, and Governance
GEE - gases de efeito estufa
GRI - Global Reporting Initiative
GSIA - Global Sustainable Investment Alliance
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDSM - Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios
IARA - Índice de Avaliação de Risco Ambiental
IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
NEx - Redes de Excelência
NFRD - Diretiva de Relato Não Financeiro
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OP2B - One Planet Business for Biodiversity
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRI - Principles for Responsible Investment
RSC - Responsabilidade Social Corporativa
SBTi - Science-Based Targets Initiative
TCFD - Task Force on Climate-related Financial Disclosures
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNEP - United Nations Environment Programme

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

UEBT - União para o Biocomércio Ético

OP2B - One Planet Business for Biodiversity

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação ESG e ODS do Grupo Boticário.....	84
QUADRO 2 - Relação ESG e ODS do Grupo Natura.....	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. HISTÓRICO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE (ESG)	19
2.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	19
2.2 ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE: HISTÓRICO DOS CRITÉRIOS ESG.....	28
2.3 RELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS ESG E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	34
3. O NEOLIBERALISMO E A ECONOMIA VERDE	38
3.1 O NEOLIBERALISMO.....	38
3.2 AS LIMITAÇÕES DO NEOLIBERALISMO.....	44
3.3 A ECONOMIA VERDE.....	45
3.4 A ECONOMIA VERDE E A SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ESG E OS ODS.....	47
3.5 A ECONOMIA VERDE COMO “SOLUÇÃO” DE MODELO ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	49
4. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO NATURA E GRUPO BOTICÁRIO	53
4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	54
4.2 HISTÓRICO E COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS.....	55
4.3 ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS.....	58
4.3.1 CONSUMO E DESCARTE DE ÁGUA.....	59
4.3.2 EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, ENERGIA E EMISSÕES.....	61
4.3.3 RESÍDUOS E CIRCULARIDADE DE EMBALAGENS.....	66
4.4. ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	72
4.5. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	76
4.6 RELAÇÃO DAS PRÁTICAS ESG DAS EMPRESAS E OS ODS.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, marco de uma era de avanços tecnológicos e econômicos, também desencadeou profundas consequências socioambientais. O crescimento industrial massivo e a exploração de recursos naturais em larga escala foram responsáveis por impulsionar o progresso, mas, frequentemente, à custa da sustentabilidade ambiental e do bem-estar social (Carson, 1962; Harvey, 2005). A combinação entre o esgotamento dos recursos e a poluição industrial criou um modelo de desenvolvimento insustentável, gerando crises ambientais e desafios para as gerações atuais e futuras. Essa realidade reforça a necessidade de repensar paradigmas econômicos, considerando o conceito de economia verde, que se opõe ao ideal neoliberal e sugere um equilíbrio entre progresso econômico e preservação ambiental (Barbier, 2012).

Nesse cenário, emerge uma responsabilidade ampliada para as empresas, que passam a desempenhar um papel central na construção de um futuro sustentável, promovendo práticas que não apenas minimizem impactos negativos, mas que também gerem valor positivo para o meio ambiente e a sociedade (Freeman, 1962). Esse esforço global pela sustentabilidade é sintetizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecendo um conjunto de metas integradas que abordam desde a erradicação da pobreza e da fome até a preservação dos ecossistemas e a promoção de modelos econômicos inclusivos e responsáveis (Sachs, 2012; United Nations, 2015). Paralelamente, a implementação de práticas ESG (*Environmental, Social, and Governance*) nas empresas reforça a importância da responsabilidade corporativa, ao integrar dimensões ambientais e sociais como critérios estratégicos para o sucesso e a longevidade dos negócios (Sachs, 2012).

O setor de cosméticos no Brasil se destaca como um dos campos em que essas transformações são visíveis, especialmente por meio das iniciativas das empresas Natura e Grupo Boticário, amplamente reconhecidas por sua atuação responsável e sua presença marcante no mercado nacional e internacional. Ambas as empresas demonstraram avanços significativos no período de 2019 a 2022, aplicando os princípios dos ODS e práticas ESG em suas operações, alinhando estratégias de crescimento à promoção de práticas sustentáveis (Grupo Boticário, 2022; Natura & Co, 2022). Este contexto reforça a relevância de investigar como essas práticas têm sido integradas à estrutura empresarial das duas companhias,

abordando o problema de pesquisa: até que ponto a adesão aos ODS e aos critérios ESG influencia a adoção e implementação de práticas sustentáveis?

Assim, a importância dessa temática se justifica pela crescente pressão sobre as empresas para que adotem práticas sustentáveis e responsáveis, especialmente em setores de alto impacto como o de cosméticos. O presente estudo, focado na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e nas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) nas empresas brasileiras Natura e Grupo O Boticário, assume relevância tanto acadêmica quanto corporativa. A escolha dessas empresas como objeto de análise se dá pela posição de destaque que ambas ocupam no mercado nacional e internacional, além do reconhecimento por suas iniciativas sustentáveis, o que oferece um exemplo relevante para outras organizações que desejam aprimorar seu desempenho ambiental e social.

Analisar as estratégias e resultados de O Boticário e Natura permite delinear um panorama das tendências e desafios enfrentados pelo setor cosmético na busca pela sustentabilidade, contribuindo assim para a formação de um modelo de negócios mais ético e responsável. Adicionalmente, o estudo fornece subsídios ao campo das Relações Internacionais, abordando uma temática que ganha importância crescente no cenário global e incentivando o avanço de pesquisas que apoiem um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável no Brasil e no mundo.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar e avaliar a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e os critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas empresas Natura e O Boticário, no período de 2019 a 2022, a fim de compreender suas influências na implementação de práticas sustentáveis no âmbito corporativo. Os objetivos específicos são: i) analisar os relatórios de sustentabilidade do grupo O Boticário e Natura a fim de verificar as práticas de ESG e ODS adotadas por elas; ii) apresentar o histórico da questão da sustentabilidade nos séculos XX e XXI na sociedade internacional; iii) apontar as limitações do neoliberalismo para o modelo capitalista, apresentando a economia verde como uma alternativa como um modelo econômico mais sustentável.

Através de uma metodologia hipotético-dedutiva e da análise de dados quantitativos e qualitativos, os procedimentos desta pesquisa serão realizados a partir de um estudo de caso, baseando-se em relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas O Boticário e Natura, entre os anos de 2019 e 2022, em seus próprios sites. A pesquisa de natureza básica,

ainda utilizará, para compor o acervo de fontes secundárias, a análise de pesquisa documental, revisão histórica e bibliográfica de livros, sites e artigos acadêmicos.

Tendo em vista encaminhar tais discussões, dividiu-se essa pesquisa em três capítulos. O primeiro será apresentado o histórico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e das práticas de *Environmental, Social, and Governance* (ESG). No segundo capítulo serão abordados os conceitos do Neoliberalismo e da Economia Verde. Por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os relatórios de sustentabilidade dos Grupos Natura e Boticário.

2. HISTÓRICO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE (ESG)

Neste capítulo, na primeira seção será apresentado o histórico e o conceito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; na segunda parte será discutido o surgimento do ESG (*Environmental, Social, and Governance*), desde as primeiras discussões a respeito da sustentabilidade corporativa até a consolidação dos critérios ESG. Por fim, na terceira seção, será abordada a relação entre os critérios ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) da ONU.

O termo "sustentabilidade" tem sido amplamente discutido na literatura acadêmica como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Este conceito integra aspectos ambientais, sociais e econômicos nas decisões e práticas de desenvolvimento (United Nations, 2017).

Ambientalmente, a sustentabilidade refere-se à conservação dos recursos naturais e à minimização do impacto ambiental das atividades humanas, como destacado por Meadows *et al.* (1972). Socialmente, envolve a promoção da justiça social, igualdade e respeito aos direitos humanos, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas (United Nations, 2015). E economicamente, a sustentabilidade busca um crescimento econômico equitativo e inclusivo que preserve os recursos naturais e que não gere desigualdades, conforme discutido por Elkington (1997) e Sachs (2012).

Dessa forma, os temas abordados neste primeiro capítulo serão fundamentais para compreender as bases conceituais e históricas que sustentam as práticas de sustentabilidade atuais e futuras, oferecendo um contexto essencial para as discussões subsequentes deste trabalho.

2.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

As discussões sobre desenvolvimento sustentável ganharam destaque na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia. Este evento marcou um ponto de mudança na história, pois foi a primeira vez que a comunidade

internacional se reuniu para abordar a relação entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. A conferência resultou na Declaração de Estocolmo, responsável por estabelecer os princípios fundamentais para a gestão ambiental global, levando à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (United Nations, 1973).

Segundo o relatório *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*¹ das Nações Unidas, divulgado em 1973, durante a Declaração de Estocolmo, foi enfatizada a necessidade de integrar a conservação ambiental nas políticas de desenvolvimento econômico, especialmente em países em desenvolvimento, onde os desafios eram maiores (United Nations, 1973). A partir desse momento, uma série de iniciativas globais e regionais emergiram, voltadas para a promoção de acordos e agendas que incentivassem o desenvolvimento sustentável. Entre essas iniciativas, destacam-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Joanesburgo, em 2002 (United Nations, 1992; United Nations, 2002).

Esses eventos foram cruciais para consolidar a importância do desenvolvimento sustentável na agenda internacional. A Rio-92, por exemplo, resultou na Agenda 21, um abrangente plano de ação para o desenvolvimento sustentável global. A conferência também impulsionou a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), ambos marcos significativos na governança ambiental global (United Nations, 1992).

Uma das iniciativas mais significativas na trajetória do desenvolvimento sustentável foi a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, durante a Cúpula do Milênio da ONU. Os ODM consistiam em oito objetivos principais que visavam enfrentar os desafios globais até 2015, incluindo a erradicação da pobreza extrema e da fome, a universalização do ensino primário, a promoção da igualdade de gênero e a redução da mortalidade infantil. Além disso, os ODM buscaram melhorar a saúde materna, combater doenças como HIV/AIDS e malária, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (Sachs, 2012), como mostra a imagem (Figura 1) abaixo:

¹ Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (tradução nossa).

FIGURA 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio



Fonte: IPEA (2016)

Para Sachs (2012):

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) representam um método histórico e eficaz de mobilização global para alcançar um conjunto de prioridades sociais importantes em todo o mundo. Eles expressam uma preocupação pública generalizada com a pobreza, a fome, as doenças, a falta de educação, a desigualdade de gênero e a degradação ambiental. Ao agrupar essas prioridades em um conjunto facilmente compreensível de oito metas e ao estabelecer objetivos mensuráveis e com prazos definidos, os ODMs ajudam a promover a conscientização global, a responsabilidade política, a melhoria das métricas, o feedback social e as pressões públicas (SACHS, 2012, p. 2206, tradução nossa)².

² The Millennium Development Goals (MDGs) represent a historic and effective method of global mobilization to achieve a set of important social priorities worldwide. They express a widespread public concern about poverty, hunger, disease, lack of education, gender inequality, and environmental degradation. By grouping these priorities into an easily understandable set of eight goals and establishing measurable and time-bound objectives, the MDGs help promote global awareness, political accountability, improved metrics, social feedback, and public pressure (SACHS, 2012, p. 2206)

Dessa forma, Sachs (2012), argumenta que as ODM foram fundamentais para mobilizar esforços internacionais e direcionar recursos para áreas críticas de necessidade global. Através de metas específicas e indicadores, os ODM proporcionaram um quadro claro para medir o progresso em direção aos objetivos. Vandemoortele (2011) complementa alegando que a implementação dos ODM envolveu a colaboração de governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil, resultando em avanços significativos em várias áreas. Como exemplo, Vandemoortele (2011) cita a redução na pobreza extrema, melhorias na saúde infantil e maternal, e um aumento significativo na matrícula escolar primária observada em diversas regiões do mundo.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, ocorreu de 13 a 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. Denominada Rio+20 em comemoração aos vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), este evento foi crucial para estabelecer a agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas (Rio+20, s/d).

Como apontado por Roma (2019), em 2015, ao término da vigência dos ODM, a ONU convocou os 193 países-membros que fazem parte da Assembleia Geral da ONU, os quais aprovaram o documento denominado 'Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável', um plano de ação voltado para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Com isso, não apenas foi consolidado os aprendizados dos ODM, mas também foi destacada a necessidade de uma abordagem mais integrada para o desenvolvimento sustentável, como segue o trecho retirado da Agenda 2030:

Nós, chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015 [...] Em nome dos povos que servimos, nós adotamos uma decisão histórica sobre um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadoras [...] Comprometemo-nos a trabalhar incansavelmente para a plena implementação desta Agenda em 2030 [...] Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas (Nações Unidas no Brasil, 2015).

Dessa forma, foi enfatizada a importância de integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável e lançou o processo que resultou na criação dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS, apresentados na Agenda 2030, representam um plano de ação para transformar o mundo nos próximos quinze anos. Eles foram desenvolvidos com base nos sucessos e nas lições aprendidas dos ODM, mas com um escopo mais amplo e com um compromisso mais profundo com a sustentabilidade e a inclusão global (Nações Unidas no Brasil, 2015).

Assim, a transição dos ODM para os ODS marcou um avanço significativo na agenda internacional de desenvolvimento, refletindo uma visão mais complexa e interconectada dos desafios globais e das soluções necessárias para enfrentá-los (Roma, 2019).

Roma (2019) explana que a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e este documento ambicioso e abrangente busca integrar de maneira inter-relacionada às dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável. Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas, a Agenda 2030 estabelece diretrizes detalhadas e metas a serem alcançadas até 2030.

Os 17 ODS abordam uma ampla gama de questões críticas para o desenvolvimento global. Entre os objetivos estão a erradicação da pobreza em todas as suas formas, a luta contra as desigualdades, a promoção da igualdade de gênero, a garantia de educação de qualidade e a melhoria da saúde e bem-estar. Além disso, a agenda inclui a ação climática, a conservação dos oceanos e ecossistemas terrestres e a promoção de energias acessíveis e limpas (Sachs *et al.*, 2019).

Além disso, a Agenda 2030 ainda destaca a importância de promover a paz, a justiça e instituições eficazes, bem como a revitalização das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Essas parcerias são vistas como essenciais para mobilizar os recursos necessários e fomentar a cooperação internacional, garantindo que nenhum país fique para trás. Os 17 objetivos podem ser exemplificados na imagem (Figura 2) abaixo, que foi retirada do site oficial da UNICEF:

FIGURA 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: UNICEF (2024)

Sachs *et al.* (2019) argumenta que a ONU incentiva todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento, a contribuir para um futuro sustentável e inclusivo. Esta abordagem reconhece que os desafios globais estão interconectados e que soluções sustentáveis exigem esforços coordenados e integrados, como aponta em sua citação:

Para ajudar na implementação, as transformações dos ODS devem se alinhar razoavelmente bem com a forma como os governos estão organizados e, juntas, devem cobrir os 17 objetivos e metas associadas. Elas também devem apoiar abordagens baseadas em sistemas para a implementação. Por exemplo, a descarbonização dos sistemas de energia exige estratégias que abrangem todo o sistema energético, incluindo geração e transmissão de energia, transporte, edificações e indústria (Sachs et al, 2019, p.2, tradução nossa).³

Dessa forma, a implementação da Agenda 2030 exige a participação ativa de governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais. A ONU proporciona um quadro para que os países adaptem os ODS às suas realidades nacionais, promovendo políticas e programas que refletem as prioridades e necessidades locais. A monitorização e a avaliação contínuas são cruciais para medir o progresso e ajustar estratégias conforme

³ To aid in implementation, the transformations of the SDGs must align reasonably well with how governments are organized and, together, should cover the 17 goals and associated targets. They should also support system-based approaches to implementation. For example, decarbonizing energy systems requires strategies that encompass the entire energy system, including energy generation and transmission, transportation, buildings, and industry (Sachs et al., 2019, p.2).

necessário, garantindo que as metas sejam atingidas de forma eficaz e equitativa (Allen et al., 2018).

Em suma, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação global que busca transformar a sociedade mundial, promovendo um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável para todas as pessoas, em todos os lugares.

O Brasil, como um dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desde o início de sua vigência em 2015. Em 2016, foi instituída a Comissão Nacional para os ODS (CNODS) com o objetivo de internalizar, disseminar e assegurar a transparência no processo de implementação da Agenda 2030. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018), a CNODS desempenha um papel fundamental como mecanismo de coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, promovendo a integração das metas dos ODS nas políticas públicas e iniciativas privadas.

A comissão trabalha para alinhar os planos de desenvolvimento nacional e subnacional com os objetivos globais, facilitando a participação de diversos *stakeholders*⁴, incluindo organizações não governamentais, empresas, academia e comunidades locais. Este alinhamento é essencial para garantir que as ações em nível local reflitam os compromissos globais e que as políticas públicas sejam eficazes e direcionadas para os desafios específicos do país (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018).

Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), o Brasil tem investido em sistemas de monitoramento e avaliação para medir o progresso em direção aos ODS. Ferramentas como o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios (IDSM) e plataformas de dados abertos são utilizadas para acompanhar indicadores chave, como a redução da pobreza, acesso à educação de qualidade, igualdade de gênero, saúde e bem-estar, e sustentabilidade ambiental. Esses sistemas são essenciais para fornecer dados precisos e atualizados que possam orientar a tomada de decisões e a formulação de políticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015).

⁴ A palavra *stakeholders* refere-se a indivíduos, grupos ou organizações que têm interesse ou são afetados pelas atividades e decisões de uma empresa, abrangendo tanto partes internas quanto externas à organização (Freeman, 2010).

A participação ativa da comunidade internacional, através de parcerias e cooperações técnicas e financeiras, é crucial para apoiar o Brasil na superação desses obstáculos. O processo de implementação dos ODS no Brasil é dinâmico e contínuo, refletindo o compromisso do país com um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. A colaboração entre governo, setor privado, sociedade civil e academia é vital para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e assegurar um futuro próspero para todas as gerações (United Nations Development Programme, 2017).

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil é um processo contínuo e complexo, exigindo a adaptação das metas globais ao contexto nacional e regional. Como apontado por Sachs *et al.* (2019), esse esforço envolve a colaboração de múltiplos atores, incluindo o governo em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal), o setor privado, a sociedade civil e a academia:

Para verificar se os países estão no caminho certo para alcançar os ODS, precisamos entender seus quadros políticos e compromissos com os objetivos. Um país que começa com resultados fracos em desenvolvimento sustentável pode ter adotado a combinação certa de políticas, incluindo orçamentos, regulamentações, incentivos para investimentos privados, e assim por diante, que o coloca no caminho para atingir os objetivos até 2030. O contrário também é possível. Políticas inadequadas ou uma mudança de governo podem afastar qualquer país do cumprimento dos objetivos. Portanto, monitorar o progresso em direção aos ODS requer dados internacionais oportunos [...] (Sachs et al, 2019, p.4, tradução nossa).⁵

Portanto, cada um desses grupos desempenha um papel crucial na criação de políticas, iniciativas e programas que visem atingir as metas estabelecidas pelos ODS de maneira eficaz e equitativa (Sachs et al., 2019).

O governo brasileiro tem trabalhado na elaboração de políticas públicas alinhadas aos ODS, enquanto o setor privado é incentivado a incorporar práticas sustentáveis em seus modelos de negócios. A sociedade civil e a academia contribuem através de pesquisas, monitoramento e advocacia, além de promoverem a conscientização pública sobre a

⁵ To verify if countries are on the right track to achieve the SDGs, we need to understand their political frameworks and commitments to the goals. A country that starts with weak sustainable development outcomes may have adopted the right combination of policies, including budgets, regulations, incentives for private investments, and so on, which puts it on the path to achieve the goals by 2030. The opposite is also possible. Inadequate policies or a change in government can divert any country from meeting the goals. Therefore, monitoring progress towards the SDGs requires timely international data [...]. (Sachs *et al.*, 2019, p.4)

importância dos ODS (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018). A medição e o monitoramento do progresso em direção aos ODS são fundamentais para identificar lacunas e direcionar esforços de maneira estratégica.

No entanto, o país enfrenta desafios significativos, como a desigualdade socioeconômica, a degradação ambiental e a necessidade de maior investimento em infraestrutura e inovação. Além disso, a crise econômica e a instabilidade política podem dificultar a continuidade e a efetividade das ações voltadas para o cumprimento dos ODS.

O Brasil enfrenta desafios específicos em áreas como a conservação da Amazônia, o combate à desnutrição e a promoção de energias renováveis. A participação ativa da comunidade internacional, através de parcerias e cooperações técnicas e financeiras, é crucial para apoiar o país na superação desses obstáculos (United Nations Development Programme, 2017). Em suma, a implementação dos ODS no Brasil é um processo dinâmico que requer um compromisso contínuo e uma abordagem integrada para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo para todos os brasileiros.

Conforme apresentado nesta seção, o histórico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reflete um compromisso global contínuo com o desenvolvimento sustentável, iniciado em 1972. Dessa forma, observa-se que este evento marcou o início de um movimento internacional para integrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental, estabelecendo princípios fundamentais para a gestão ambiental global. Os dados e informações analisadas, apontam que a trajetória evoluiu significativamente com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, posteriormente, a adoção dos ODS em 2015 pelos Estados-membros da ONU. Já que, a evolução desde a Conferência de Estocolmo até a Agenda 2030 demonstra um progresso contínuo e uma crescente conscientização sobre a interdependência entre desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental, essencial para a construção de um futuro sustentável (United Nations, 2015).

2.2 ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE: HISTÓRICO DOS CRITÉRIOS ESG

Essa seção abordará o conceito e o histórico de ESG (*Environmental, Social, and Governance*)⁶ emergiu a partir de uma crescente conscientização sobre a responsabilidade corporativa e a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

As raízes da avaliação dos impactos sociais e ambientais das empresas remontam à década de 1960, quando movimentos sociais e ambientais começaram a questionar as práticas empresariais tradicionais (Elkington, 1997). No entanto, foi somente nas décadas seguintes que essas preocupações começaram a se estruturar de maneira mais formalizada e sistemática.

Durante os anos 1960, o mundo testemunhou uma série de movimentos sociais e ambientais que começaram a questionar profundamente as práticas empresariais tradicionais. Esses movimentos foram alimentados por um aumento na conscientização sobre os danos ambientais causados pela industrialização desenfreada e pela exploração insustentável dos recursos naturais. Um dos eventos mais simbólicos foi a publicação de *Silent Spring*⁷ por Rachel Carson em 1962, que revelou os perigos dos pesticidas para o meio ambiente e a saúde humana, gerando uma onda de protestos e regulamentações ambientais (Carson, 1962).

A partir dos anos 1970, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC)⁸ ganhou destaque, impulsionada por questões como os direitos civis, a igualdade de gênero e os movimentos ambientais. A preocupação com o meio ambiente e a responsabilidade social das empresas começou a se institucionalizar. A criação da Agência de Proteção Ambiental (EPA) nos Estados Unidos, em 1970, e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972, foram marcos importantes que destacaram a importância das questões ambientais na agenda global (United Nations, 1973).

Além disso, é importante citar o relatório *The Limits to Growth*⁹ pelo Clube de Roma. Publicado em 1972, este modelo mostra as consequências do crescimento populacional e

⁶ Ambiental, Social e Governança (tradução nossa).

⁷ Primavera Silenciosa (tradução nossa).

⁸ Responsabilidade Social Corporativa (RSC) refere-se às práticas e políticas empresariais que visam integrar preocupações sociais, ambientais e econômicas às operações da organização, buscando não apenas o lucro, mas também o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente (Carroll, 1991).

⁹ Os Limites do Crescimento (tradução nossa).

econômico desenfreado em um planeta de recursos finitos. Meadows *et al.* (1972) aponta que, através de um modelo computacional desenvolvido pelo MIT, o estudo projetou diferentes cenários futuros com base em variáveis como população, industrialização, poluição, produção de alimentos e consumo de recursos naturais. O relatório concluiu que, se as tendências de crescimento continuam inalteradas, os limites do crescimento seriam alcançados dentro de cem anos, resultando em um declínio abrupto da população e da capacidade industrial (Meadows *et al.*, 1972). O trabalho incentivou um debate global sobre a sustentabilidade e a necessidade de políticas para mitigar os impactos ambientais e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, influenciando a agenda ambiental e os estudos de economia ecológica, como apontado por Meadows *et al.* (1972):

A conquista de um estado harmonioso de equilíbrio econômico, social e ecológico global deve ser uma empreitada conjunta baseada em convicções compartilhadas, com benefícios para todos. Será exigida uma liderança significativa dos países economicamente desenvolvidos, pois o primeiro passo rumo a esse objetivo seria incentivar uma desaceleração no crescimento de sua própria produção material, ao mesmo tempo em que ajudam os países em desenvolvimento em seus esforços para acelerar suas economias. [...] afirmamos que qualquer tentativa deliberada de alcançar um estado racional e duradouro de equilíbrio por meio de medidas planejadas, em vez de por acaso ou catástrofe, deve ser fundamentada em uma mudança básica de valores e metas nos níveis individual, nacional e mundial (Meadows *et al.*, 1972, p.194 - 195, tradução nossa).¹⁰

Portanto, este relatório teve um impacto profundo na forma como os líderes empresariais e os formuladores de políticas começaram a pensar sobre sustentabilidade.

Outro ponto de destaque para a mudança no pensamento empresarial foi a crise do petróleo de 1973, marco importante que sublinhou a vulnerabilidade das economias globais à dependência dos combustíveis fósseis e a necessidade urgente de sustentabilidade energética e gestão ambiental. Quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) implementaram um embargo de petróleo, os seus preços dispararam,

¹⁰ The achievement of a harmonious state of global economic, social, and ecological equilibrium must be a joint venture based on shared convictions, with benefits for all. Significant leadership will be required from economically developed countries, as the first step towards this goal would be to encourage a deceleration in the growth of their own material production while simultaneously helping developing countries in their efforts to advance their economies. [...] we affirm that any deliberate attempt to reach a rational and enduring state of equilibrium through planned measures, rather than by chance or catastrophe, must be founded on a basic change of values and goals at individual, national, and world levels. (Meadows et al., 1972, p.194 - 195)

resultando em escassez de energia e severas repercussões econômicas em todo o mundo. Este evento destacou a importância de diversificar as fontes de energia e investir em alternativas renováveis para garantir a segurança energética a longo prazo. Além disso, a crise evidenciou a interconexão entre questões econômicas e ambientais, incentivando governos e empresas a considerarem o impacto ambiental de suas políticas energéticas e a adotar práticas mais sustentáveis para mitigar futuros riscos semelhantes (Yergin, 1991).

Na década de 1980, a ideia de responsabilidade corporativa continuou a evoluir. O relatório *Brundtland*¹¹, intitulado "Nosso Futuro Comum" e publicado em 1987, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades" (Brundtland Commission, 1987). Esse conceito forneceu uma base teórica para a integração das considerações ambientais e sociais nas estratégias empresariais.

O surgimento do conceito de ESG como é conhecido hoje começou nos anos 1990. O termo *Triple Bottom Line* (TBL), criado por John Elkington em 1997, foi fundamental para essa evolução. Elkington argumentou que as empresas deveriam medir seu desempenho não apenas pelo lucro financeiro, mas também pelo impacto social e ambiental (Elkington, 1997). Este conceito ajudou a estruturar a avaliação da sustentabilidade empresarial em três dimensões inter-relacionadas: econômica, social e ambiental.

Além disso, é importante destacar a *Global Reporting Initiative* (GRI). Ela foi criada em 1997 pelo Centro para Cidadania Corporativa da CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*)¹² em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e sua função era estabelecer diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade das organizações em relação ao seu impacto econômico, ambiental e social

¹¹ A Brundtland Commission, conhecida como Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi estabelecida em 1983 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Presidida por Gro Harlem Brundtland, então Primeira-Ministra da Noruega, a comissão foi encarregada de examinar criticamente as questões ambientais globais e de formular propostas concretas para resolver os problemas associados ao desenvolvimento sustentável (Brundtland Commission, 1987),

¹² Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis (tradução nossa).

(KPMG, 2017). Dessa forma, a GRI promoveu o fornecimento de um *framework*¹³ para relatórios de sustentabilidade corporativa, além de auxiliar as empresas a relatarem seus impactos econômicos, ambientais e sociais de maneira transparente e consistente (GRI, 2000). Por isso, este desenvolvimento foi crucial para a formalização e adoção mais ampla dos princípios ESG.

Nos anos 2000, o ESG começou a ser adotado mais amplamente pelos mercados financeiros. Em 2004, o relatório *Who Cares Wins*¹⁴ do Pacto Global da ONU, apoiado pelo Banco Mundial, trouxe uma recomendação explícita para que instituições financeiras integrassem critérios ESG em suas análises e decisões de investimento (The Global Compact, 2004):

Nós encorajamos os fiduciários de fundos de pensão e seus consultores de seleção a considerar a integração de questões ESG na formulação de mandatos de investimento e na seleção de gestores de investimento [...] Acreditamos que os governos e agências multilaterais devem considerar proativamente o investimento de seus fundos de pensão segundo os princípios do desenvolvimento sustentável [...] Consultores e assessores financeiros devem apoiar a integração de critérios ESG combinando pesquisa ESG com pesquisa em nível da indústria e compartilhando sua experiência com atores financeiros e empresas para melhorar a divulgação de ESG. Instamos os investidores a solicitar explicitamente e recompensar pesquisas que incluam aspectos ambientais, sociais e de governança, e a recompensar empresas bem geridas. [...] Convidamos os investidores a desenvolver diretrizes para votação por procuração que clarifiquem sua posição sobre questões ESG. Isso apoiará gestores de ativos e analistas na produção de pesquisas relevantes e na implementação de estratégias de votação por procuração (The Global Compact, 2004, p. 22 - 23, tradução nossa).¹⁵

¹³ A palavra *framework* refere-se a um conceito utilizado para organizar e apoiar o desenvolvimento de teorias, práticas ou sistemas, proporcionando uma base coerente para análise e tomada de decisões (Miles; Huberman, 1994).

¹⁴ Quem se importa, ganha (tradução nossa).

¹⁵ We encourage pension fund trustees and their selection consultants to consider integrating ESG issues into the formulation of investment mandates and the selection of investment managers [...] We believe that governments and multilateral agencies should proactively consider investing their pension funds according to the principles of sustainable development [...] Consultants and financial advisers should support the integration of ESG criteria by combining ESG research with industry-level research and sharing their experience with financial actors and companies to enhance ESG disclosure. We urge investors to explicitly request and reward research that includes environmental, social, and governance aspects, and to reward well-managed companies. [...] We invite investors to develop proxy voting guidelines that clarify their position on ESG issues. This will support asset managers and analysts in producing relevant research and implementing proxy voting strategies. (The Global Compact, 2004, p. 22 - 23)

Portanto, através do trecho retirado do relatório *Who cares wins* da *The Global Compact*¹⁶ (2004), torna-se possível entender que este momento foi um ponto de inflexão, destacando a importância dos critérios ESG para a mitigação de riscos e a geração de valor a longo prazo.

A partir da década de 2010, a integração dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas práticas empresariais e nos processos de investimento se intensificou significativamente. Esse movimento foi amplamente impulsionado por uma crescente demanda dos investidores por práticas empresariais responsáveis e pela crescente evidência de que empresas com altos padrões ESG podem apresentar um desempenho financeiro superior.

Relatórios como o *Principles for Responsible Investment*¹⁷(PRI), estabelecidos em 2006 com o apoio das Nações Unidas, ganharam destaque e se tornaram uma referência importante para a promoção do investimento responsável. Em 2015, o PRI já contava com mais de 1.500 signatários, representando cerca de US\$ 60 trilhões em ativos sob gestão (PRI, 2015).

Estudos acadêmicos também começaram a fornecer evidências de que empresas que adotam boas práticas ESG tendem a ser mais resilientes e a proporcionar retornos ajustados ao risco mais elevados. Por exemplo, uma análise realizada por Friede, Busch e Bassen (2015) revisou cerca de 2.200 estudos e concluiu que a grande maioria dos trabalhos (cerca de 90%) encontrou uma correlação não negativa entre ESG e desempenho financeiro, sendo que a maior parte demonstrou uma correlação positiva.

Além disso, a criação e popularização de índices de sustentabilidade, como o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI)¹⁸ desempenharam um papel crucial na legitimação e na promoção da avaliação de desempenho ESG. Esses índices ajudaram os investidores a identificarem e direcionar recursos para empresas com práticas sustentáveis, reforçando a

¹⁶ O Pacto Global da ONU (tradução nossa).

¹⁷ Princípios para o Investimento Responsável (tradução nossa).

¹⁸ O Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI) foi criado em 1999 pela S&P Dow Jones Indices em colaboração com a RobecoSAM, uma empresa suíça de investimento focada em sustentabilidade. O DJSI foi um dos primeiros índices globais a rastrear o desempenho financeiro das principais empresas mundiais que lideram em sustentabilidade. O índice avalia as empresas com base em critérios econômicos, ambientais e sociais, oferecendo aos investidores uma referência para práticas empresariais sustentáveis (RobecoSAM, 2014). ¹⁹ Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (tradução nossa).

ideia de que a sustentabilidade corporativa não é apenas uma obrigação moral, mas também uma estratégia financeira sólida (Lo & Kwan, 2017).

A década de 2010 também foi marcada pelo desenvolvimento de normas e padrões internacionais que facilitaram a integração dos critérios ESG nas práticas empresariais e nos processos de investimento. Por exemplo, a *Global Reporting Initiative* (GRI) continuou a evoluir e se consolidar como uma referência para relatórios de sustentabilidade, enquanto o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*¹⁹ (TCFD) foi criado para desenvolver recomendações para divulgar riscos financeiros relacionados ao clima (GRI, 2016; TCFD, 2017).

Em suma, a década de 2010 representou um período de significativa popularização e integração dos critérios ESG no mercado, impulsionado por uma combinação de demanda dos investidores, evidências acadêmicas de benefícios financeiros e o desenvolvimento de normas e índices que facilitaram a adoção dessas práticas.

Atualmente, os critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) se tornaram centrais nas estratégias corporativas e nas decisões de investimento. Para Eccles, Ioannou e Serafeim (2014), a crescente conscientização sobre as mudanças climáticas, a desigualdade social e a necessidade de uma governança corporativa robusta têm levado empresas, governos e investidores a adotar práticas ESG de forma mais ampla e integrada. Já para Clark, Feiner e Viehs (2015), a literatura acadêmica destaca que a adoção dessas práticas não só melhora a imagem das empresas, mas também pode resultar em melhor desempenho financeiro e redução de riscos.

Regulamentações em diversos países têm evoluído para exigir a divulgação obrigatória das práticas ESG, refletindo uma tendência global de maior transparência e responsabilidade corporativa. Por exemplo, a União Europeia implementou a Diretiva de Relato Não Financeiro (NFRD), exigindo que grandes empresas publiquem informações sobre a forma como operam e gerenciam desafios sociais e ambientais (Comissão Europeia, 2022).

A pandemia de COVID-19 ressalta ainda mais a importância dos fatores ESG. A crise evidenciou a necessidade de resiliência empresarial e responsabilidade social, uma vez que empresas com práticas ESG demonstraram maior capacidade de adaptação e continuidade durante a crise. Segundo Giese *et al.* (2019), estudos recentes indicam que a integração de

critérios ESG nas decisões empresariais e de investimento é agora vista não apenas como uma questão de ética, mas também de prudência financeira e competitividade a longo prazo.

A expansão das práticas ESG também é impulsionada pelo crescente interesse dos investidores em investimentos sustentáveis. Segundo a *Global Sustainable Investment Alliance*¹⁹ (GSIA), os ativos sob gestão que incorporam critérios ESG atingiram US\$ 35,3 trilhões em 2020, representando um crescimento significativo em relação aos anos anteriores (GSIA, 2020).

Como pode ser percebido nesta seção, a consolidação e expansão das práticas ESG na atualidade refletem uma mudança paradigmática na forma como as empresas operam e como os investidores alocam seus recursos, alinhando interesses financeiros com impactos sociais e ambientais positivos. Na seção seguinte será abordada a relação destes critérios de ESG com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's).

2.3 RELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS ESG OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS's)

Os critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) da ONU estão intrinsecamente relacionados, pois ambos buscam promover práticas responsáveis que contribuem para o desenvolvimento sustentável a nível global. Os ODS, estabelecidos em 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, consistem nos 17 objetivos já apresentados na primeira seção deste capítulo, que abordam uma ampla gama de desafios globais, incluindo pobreza, desigualdade, mudanças climáticas, degradação ambiental, paz e justiça (United Nations, 2015).

As empresas que adotam os princípios ESG frequentemente utilizam relatórios de sustentabilidade para divulgar seu desempenho em questões ambientais, sociais e de governança. Esses relatórios são estruturados para mostrar como as atividades da empresa contribuem para o avanço dos ODS, proporcionando transparência e responsabilidade

¹⁹ Aliança Global de Investimento Sustentável (tradução nossa).

(KPMG, 2020). Eles não apenas fornecem informações essenciais para os investidores, mas também ajudam a alinhar as estratégias empresariais com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

A integração dos critérios ESG nas operações empresariais pode ser vista como um meio eficaz de avançar nos ODS. Empresas que implementam práticas ESG de forma robusta tendem a alinhar suas operações e estratégias com os ODS, promovendo assim um desenvolvimento mais sustentável. Como exemplo pode-se citar no âmbito ambiental, empresas que investem em energias renováveis e eficiência energética ajudam a alcançar o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), promovendo a transição para uma economia de baixo carbono (Friede, Busch & Bassen, 2015).

Outrossim, Friede, Busch & Bassen (2015) apontam que a redução de emissões de gases de efeito estufa e a adoção de práticas sustentáveis contribuem diretamente para mitigar as mudanças climáticas, alinhando-se ao ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Essas iniciativas ambientais não apenas melhoram a reputação das empresas, mas também podem resultar em economias de custo significativas a longo prazo e em novas oportunidades de mercado (Friede, Busch & Bassen, 2015).

Já na dimensão social, práticas empresariais que promovem a saúde e a segurança dos trabalhadores contribuem para o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Programas de bem-estar no local de trabalho e iniciativas de segurança são exemplos de como as empresas podem ter um impacto positivo na saúde de seus empregados e comunidades. Outrossim, políticas de diversidade e inclusão nas empresas promovem a igualdade de gênero e oportunidades para todos, apoiando o ODS 5 (Igualdade de Gênero). Ainda, DesJardine, Bansal e Yang (2019) defendem que a promoção da igualdade de gênero não apenas melhora o ambiente de trabalho, mas também pode levar a uma maior inovação e desempenho organizacional.

No que diz respeito à governança, uma governança corporativa forte e práticas anticorrupção apoiam instituições mais justas e eficazes, alinhando-se ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Empresas que adotam políticas de governança rigorosas são mais propensas a ganhar a confiança dos investidores e da sociedade, resultando em maior estabilidade e sustentabilidade a longo prazo como sustentado por Eccles, Ioannou e Serafeim, (2014). Outrossim, a colaboração com governos, ONGs e outras organizações para alcançar

objetivos comuns promove parcerias sustentáveis, contribuindo para o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Essas parcerias são essenciais para enfrentar desafios globais complexos e para mobilizar recursos e expertise necessários para a implementação efetiva dos ODS (EIAIly; Palaschuk; El-Bassiouny, 2020).

A inovação e eficiência são frequentemente impulsionadas pelas empresas que seguem os princípios ESG, que buscam soluções mais eficientes e sustentáveis. Isso não apenas contribui para a realização dos ODS, mas também pode gerar vantagens competitivas significativas. Benn, Edwards e Williams (2014) defendem que a integração de ESG nas estratégias empresariais pode acelerar o progresso em direção aos ODS ao criar sinergias entre diferentes áreas de atuação. Além disso, a ESG promove uma cultura de responsabilidade e engajamento entre as partes interessadas, incluindo funcionários, investidores, clientes e comunidades locais. Esse engajamento é essencial para o cumprimento dos ODS, que requer a cooperação de todos os setores da sociedade (Freeman, 2010).

A relação entre os critérios ESG e os ODS enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de padrões de medição uniformes e a superação de barreiras culturais e institucionais. No entanto, essas dificuldades também apresentam oportunidades para inovação e liderança empresarial. Empresas que conseguem integrar eficazmente ESG e ODS podem não só melhorar sua competitividade, mas também contribuir para um mundo mais justo e sustentável (Freeman, 2010).

A expansão das práticas ESG também é impulsionada pelo crescente interesse dos investidores em investimentos sustentáveis. Segundo a Global Sustainable Investment Alliance (GSIA), os ativos sob gestão que incorporam critérios ESG apontaram um crescimento significativo em relação aos anos anteriores (GSIA, 2020). Portanto, a consolidação e expansão das práticas ESG na atualidade refletem uma mudança paradigmática na forma como as empresas operam e como os investidores alocam seus recursos, alinhando interesses financeiros com impactos sociais e ambientais positivos. A convergência entre ESG e ODS representa uma oportunidade única para o setor privado liderar a transição para um futuro mais sustentável.

Em suma, conforme apresentado nesta seção, os critérios ESG e os ODS da ONU são complementares. O ESG fornece um marco para que as empresas alinhem suas práticas com

os objetivos globais de desenvolvimento sustentável. Ao integrar ESG nas suas operações, as empresas não só melhoram seu próprio desempenho, mas também contribuem significativamente para a realização dos ODS, promovendo um futuro mais sustentável e justo para todos.

Dessa forma, este capítulo buscou analisar três importantes aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à governança corporativa. Na primeira seção, foi abordado o histórico e o conceito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, destacando eventos marcantes como a Conferência de Estocolmo e a Rio-92, que estabeleceram os fundamentos para a gestão ambiental global e impulsionam iniciativas significativas como a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Na segunda seção, foi discutido o surgimento dos critérios ESG (Environmental, Social, and Governance), desde as primeiras discussões sobre sustentabilidade corporativa até sua consolidação como um conjunto de práticas essenciais para a operação responsável das empresas. Por fim, na terceira seção, foi explorada a relação entre os critérios ESG e os ODS, enfatizando como a integração eficaz desses critérios pode não só melhorar a competitividade das empresas, mas também contribuir significativamente para um mundo mais justo e sustentável.

3. O NEOLIBERALISMO E A ECONOMIA VERDE

Neste segundo capítulo será apresentado, na primeira seção, o histórico e o conceito do Neoliberalismo, seguindo os pensamentos dos economistas Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman; na segunda parte será discutido as limitações do neoliberalismo para abordar as questões de sustentabilidade; em seguida será apresentado o conceito de Economia Verde seguido pelo tópico que aponta sua relação com os ODS da ONU e com as práticas ESG. Por fim, na última seção, será discutida a solução de modelo econômico para o desenvolvimento sustentável.

3.1. O NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo, enquanto corrente econômica e política, originou-se nas primeiras décadas do século XX, como uma resposta às crescentes intervenções estatais e às políticas keynesianas que prevaleciam na época. Derivado do Liberalismo clássico, o neoliberalismo buscou revitalizar os princípios de livre mercado, ajustando-os às necessidades de um mundo em rápida globalização, especialmente no período pós-guerra. Seus principais expoentes teóricos, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, compartilharam a visão de que o mercado livre é o melhor mecanismo para organizar a economia e garantir a liberdade individual, embora suas abordagens apresentassem nuances diferentes (Harvey, 2005).

Ludwig von Mises, em sua obra *Human Action* (1949), foi um dos primeiros a formular uma defesa robusta do neoliberalismo. Ele argumentava que o mercado livre, operando sem intervenção estatal, é o único sistema capaz de coordenar eficientemente as ações individuais e alocar recursos de maneira racional (Mises, 1949). O autor aponta em sua obra:

Todas as variantes da política dos produtores são defendidas com base em sua suposta capacidade de elevar o padrão de vida dos membros do partido. Protecionismo e autossuficiência econômica, pressão e compulsão sindical, legislação trabalhista, salários mínimos, gastos públicos, expansão de crédito, subsídios e outros expedientes são sempre recomendados por seus defensores como os meios mais adequados ou os únicos capazes de aumentar a renda real das pessoas cujos votos buscam conquistar. Todo estadista ou político contemporâneo invariavelmente diz a seus eleitores: Meu programa tornará vocês tão prósperos

quanto as condições permitirem, enquanto o programa dos meus adversários trará carência e miséria (Mises, 1949, p. 315, tradução nossa).²⁰

Dessa forma, Mises (1949) critica a intervenção governamental, como no Socialismo, inevitavelmente distorce os sinais de mercado e conduz ao colapso econômico. Ele acreditava que a liberdade individual era um valor supremo e que o livre mercado era o único meio de garantir a mesma, enquanto o papel do Estado deveria ser estritamente limitado à proteção dos direitos de propriedade e à defesa das liberdades individuais (Mises, 1949).

Friedrich Hayek seguiu a mesma linha de pensamento, mas com maior foco na ideia de "ordem espontânea". Em sua obra *O Caminho da Servidão*, publicado pela primeira vez em 1944, Hayek alertava para os perigos do planejamento centralizado e da intervenção estatal, argumentando que tais práticas inevitavelmente levavam ao totalitarismo. Para ele, o mercado livre é uma ordem espontânea, onde os indivíduos, agindo com base em seu conhecimento local, geram uma coordenação eficiente que nenhuma autoridade central seria capaz de replicar. (Hayek, 2010)

Em *Direito, Legislação e Liberdade* (1973), Hayek enfatizou que o conhecimento econômico está disperso entre os indivíduos, e que qualquer tentativa de planejamento centralizado resultaria em falhas, devido à incapacidade de governos centralizados processar essa informação de forma eficiente, como apontado em sua fala:

O sistema em sua totalidade baseia-se em incentivar todos a empregarem sua habilidade na descoberta de circunstâncias particulares que lhes permitam prever mudanças próximas com o máximo de acuidade possível. Esse incentivo seria eliminado se cada decisão não envolvesse risco de perda, ou se coubesse a uma autoridade decidir se determinado erro de previsão seria perdoável ou não (Hayek, 1973, p. 198, tradução nossa).²¹

²⁰ All varieties of the producers' policy are advocated on the ground of their alleged ability to raise the party members' standard of living. Protectionism and economic self-sufficiency, labor union pressure and compulsion, labor legislation, minimum wage rates, public spending, credit expansion, subsidies, and other makeshifts are always recommended by their advocates as the most suitable or the only means to increase the real income of the people for whose votes they canvass. Every contemporary statesman or politician invariably tells his voters: My program will make you as affluent as conditions may permit, while my adversaries' program will bring you want and misery (Mises, 1949, p. 315)

²¹ The system in its entirety is based on encouraging everyone to employ their skills in discovering particular circumstances that allow them to foresee upcoming changes as accurately as possible. This incentive would be eliminated if each decision did not involve the risk of loss, or if it were up to an authority to decide whether a particular forecasting error would be forgivable or not (Hayek, 1973, p. 198)

Hayek também acreditava que a liberdade econômica era a base da liberdade política, e que qualquer tentativa de controlar a economia comprometeria as liberdades individuais (Hayek, 1973).

Milton Friedman, por sua vez, foi um dos principais responsáveis por popularizar o neoliberalismo no campo da política econômica. Em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1962), Friedman argumentou que a política monetária — e não a política fiscal, como sugerem os keynesianos — deveria ser o principal instrumento para estabilizar a economia. O autor foi um dos principais proponentes do monetarismo, a teoria de que o controle da oferta monetária é a chave para a estabilidade econômica, criticando a intervenção estatal excessiva (Friedman, 1962). Para o autor:

Vistos como um meio para o fim da liberdade política, os arranjos econômicos são importantes devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que proporciona liberdade econômica diretamente, a saber, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, dessa forma, permite que um contrabalance o outro. (Friedman, 1962, p. 16, tradução nossa).²²

Portanto, Friedman (1962) via o papel do governo como limitado, defendendo a desregulamentação, a privatização e a diminuição dos impostos. Ele foi um dos primeiros a defender políticas como o "voucher" educacional, que buscava aumentar a concorrência entre escolas e oferecer mais opções para os pais. Friedman também cunhou o termo "taxa natural de desemprego", sugerindo que tentar manter o desemprego abaixo dessa taxa por meio de políticas monetárias e fiscais expansionistas levaria apenas à inflação, sem ganhos permanentes no emprego (Friedman, 1962).

Essas ideias neoliberais ganharam maior destaque a partir da década de 1970, especialmente com a ascensão de governos como o de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Sob esses governos, políticas neoliberais foram implementadas com vigor, promovendo privatizações, desregulamentações e cortes de impostos, com o objetivo de revitalizar as economias nacionais e reduzir o papel do Estado (Harvey, 2005).

²² Viewed as a means to the end of political freedom, economic arrangements are important because of their effect on the concentration or dispersion of power. The kind of economic organization that provides economic freedom directly, namely, competitive capitalism, also promotes political freedom because it separates economic power from political power and in this way enables the one to offset the other. (Friedman, 1962, p. 16)

Essas políticas não só moldaram as economias desses países, mas também se espalharam para o mundo em desenvolvimento, onde instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial incorporaram princípios neoliberais em seus programas de ajuste estrutural. Para receber empréstimos, os países em desenvolvimento foram pressionados a adotar reformas neoliberais, incluindo a liberalização comercial e a privatização de empresas estatais (Harvey, 2005).

Para Harvey (2005):

A estrutura legal é a de obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos jurídicos no mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, expressão e escolha devem ser protegidos [...] Por extensão, a liberdade de empresas e corporações (legalmente consideradas como indivíduos) de operar dentro dessa estrutura institucional de mercados livres e livre comércio é considerada um bem fundamental. A iniciativa privada e a iniciativa empreendedora são vistas como as chaves para a inovação e a criação de riqueza. (Harvey, 2005, p. 64, tradução nossa)²³

Assim, embora o neoliberalismo tenha trazido benefícios econômicos para algumas economias, como o aumento da eficiência em certos setores e a redução de barreiras comerciais, ele também foi alvo de fortes críticas. Muitos críticos argumentam que as políticas neoliberais exacerbam as desigualdades sociais e criam condições para a instabilidade financeira, como evidenciado na crise financeira de 2008 (Stiglitz, 2019).

A desregulamentação do setor financeiro, que foi uma das principais bandeiras do neoliberalismo, foi vista como uma das causas dessa crise, ao permitir que os mercados financeiros operassem de maneira especulativa e arriscada. Além disso, as políticas neoliberais de austeridade fiscal, frequentemente recomendadas por instituições como o FMI, têm sido responsabilizadas por aprofundar a desigualdade e precarizar as condições de trabalho, especialmente em países em desenvolvimento (Stiglitz, 2019).

O neoliberalismo, enquanto teoria econômica, foi amplamente influenciado pelas ideias de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman. Seus princípios de livre mercado, desregulamentação e limitação do papel do Estado moldaram grande parte das políticas econômicas do final do século XX. No entanto, à medida que os desafios

²³ The legal framework is that of freely negotiated contractual obligations between juridical individuals in the marketplace. The sanctity of contracts and the individual right to freedom of action, expression, and choice must be protected [...] By extension, the freedom of businesses and corporations (legally regarded as individuals) to operate within this institutional framework of free markets and free trade is regarded as a fundamental good. Private enterprise and entrepreneurial initiative are seen as the keys to innovation and wealth creation. (Harvey, 2005, p. 64)

econômicos e sociais contemporâneos, como as desigualdades crescentes e as crises ambientais, se intensificam, o modelo neoliberal continua a ser debatido tanto em suas virtudes quanto em suas limitações, deixando em aberto a questão sobre o futuro do papel do Estado na economia global (Harvey, 2005).

3.2. AS LIMITAÇÕES DO NEOLIBERALISMO

As limitações do neoliberalismo tornam-se evidentes ao se analisar sua incapacidade de abordar questões de sustentabilidade, uma vez que este modelo coloca o crescimento econômico acima das considerações ambientais e sociais. O neoliberalismo, defendido pelos economistas Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, promove a ideia de que o livre mercado é o melhor mecanismo para alocar recursos de forma eficiente, com mínima intervenção estatal (Stiglitz, 2019). Dessa forma, para o autor David Harvey (2005):

Os efeitos redistributivos e a crescente desigualdade social têm sido, de fato, uma característica tão persistente da neoliberalização que podem ser considerados estruturais para todo o projeto [...] após cuidadosa reconstrução dos dados, concluíram que a neoliberalização foi, desde o início, um projeto para alcançar a restauração do poder de classe (Harvey, 2005, p. 16, tradução nossa).²⁴

Embora tenha sido eficaz na promoção do crescimento econômico em diversas regiões do mundo, essa ênfase desmedida no mercado muitas vezes ignora os custos sociais e ambientais das atividades econômicas. O resultado foi a criação de um sistema que, ao priorizar a acumulação de capital e o crescimento econômico a curto prazo, negligenciou as consequências de longo prazo para o meio ambiente e para as populações mais vulneráveis (Harvey, 2005; Stiglitz, 2019).

Uma das principais críticas ao neoliberalismo é a sua falha em internalizar os custos ambientais nas decisões econômicas. Como enfatiza David Harvey (2005), o foco do neoliberalismo na maximização dos lucros leva a uma exploração intensiva dos recursos naturais, sem consideração adequada para os limites ecológicos.

²⁴ Redistributive effects and increasing social inequality have in fact been such a persistent feature of neoliberalization as to be regarded as structural to the whole project. Gérard Duménil and Dominique Lévy, after careful reconstruction of the data, have concluded that neoliberalization was from the very beginning a project to achieve the restoration of class power (Harvey, 2005, p. 16).

Eles reverteram as nacionalizações e privatizaram ativos públicos, abriram recursos naturais (pesca, madeira, etc.) para a exploração privada e sem regulamentação (em muitos casos ignorando as reivindicações dos habitantes indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram o investimento estrangeiro direto e o comércio mais livre (Harvey, 2005, p. 8, tradução nossa).²⁵

Assim, a desregulamentação dos mercados, uma característica central das políticas neoliberais, favorece a exploração descontrolada de recursos naturais e promove padrões de produção e consumo insustentáveis (Stiglitz, 2019).

Isso é particularmente evidente nas indústrias de energia, mineração e agricultura, onde a pressão para maximizar o lucro tem frequentemente resultado em desmatamento, poluição e degradação dos ecossistemas. O impacto ambiental de tais práticas é severo, e sua contribuição para problemas globais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a escassez de água, é inegável (Martínez-Alier, 2011).

Além disso, o neoliberalismo exacerba as desigualdades sociais ao subestimar a importância da justiça social nas políticas econômicas. A crença de que o crescimento econômico, por si só, levaria automaticamente a uma redistribuição dos benefícios de forma equitativa foi refutada por décadas de evidências (Klein, 2007).

Naomi Klein (2007) argumenta que as políticas neoliberais não só falham em resolver as questões de pobreza e desigualdade, mas muitas vezes as agravam. À medida que o mercado se torna o principal regulador da vida social, serviços públicos essenciais, como saúde, educação e proteção social, são privatizados ou enfraquecidos, deixando populações vulneráveis à mercê de forças de mercado e aumentando as disparidades socioeconômicas. O modelo neoliberal favorece a concentração de riqueza nas mãos de poucos, ao passo que a maioria da população enfrenta um acesso cada vez mais limitado a recursos básicos e oportunidades econômicas (Klein, 2007).

No que diz respeito às questões ambientais, o neoliberalismo é igualmente falho. Ao reduzir as regulamentações ambientais para fomentar a atividade econômica, ele incentiva práticas de exploração que comprometem a sustentabilidade dos recursos. Como Joseph Stiglitz (2019) aponta, a falha em considerar os impactos ambientais dos modelos econômicos

²⁵ They reversed the nationalizations and privatized public assets, opened up natural resources (fisheries, timber, etc.) to private and unregulated exploitation (in many cases riding roughshod over the claims of indigenous inhabitants), privatized social security, and facilitated foreign direct investment and freer trade. (Harvey, 2005, p. 8)

neoliberais tem levado a crises ambientais catastróficas, incluindo desmatamento acelerado e poluição atmosférica e hídrica.

Essas crises ambientais, por sua vez, afetam de forma desproporcional as populações mais pobres, que são as mais vulneráveis às mudanças climáticas e à degradação ambiental. Além disso, a falta de regulamentação adequada permite que as corporações transnacionais, movidas pela busca de lucro, externalizem os custos ambientais de suas operações, perpetuando um ciclo de degradação ecológica e desigualdade social (Klein, 2007).

Essa desconsideração pelos aspectos ambientais e sociais revela a necessidade de um novo modelo econômico que equilibre os três pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental. Enquanto o neoliberalismo coloca o crescimento econômico como o principal objetivo, o desenvolvimento sustentável propõe um equilíbrio entre o crescimento, a justiça social e a proteção ambiental.

Tim Jackson (2011), em sua obra *Prosperity without Growth*, argumenta que o crescimento econômico ilimitado é incompatível com os limites ecológicos do planeta. Jackson (2011) propõe um novo modelo econômico que reconhece esses limites e que se baseia na redefinição da prosperidade, não mais vinculada à acumulação de bens materiais, mas ao bem-estar social e à sustentabilidade ecológica.

A transição para um modelo econômico mais equilibrado é urgente, especialmente à luz das crises ambientais e sociais que o neoliberalismo exacerbou. A economia verde, por exemplo, surge como uma alternativa viável, promovendo o crescimento econômico ao mesmo tempo que minimiza os impactos ambientais e melhora o bem-estar social. Este modelo propõe a transição para fontes de energia renováveis, a eficiência no uso dos recursos naturais e a promoção de empregos verdes, que contribuem tanto para a sustentabilidade ambiental quanto para a inclusão social (Barbier, 2012).

A internalização dos custos ambientais nas decisões econômicas e a implementação de políticas que promovam a equidade social são essenciais para superar as limitações do neoliberalismo e avançar em direção a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (Barbier, 2012).

Portanto, embora o neoliberalismo tenha promovido o crescimento econômico e a expansão dos mercados globais, sua incapacidade de lidar com questões de sustentabilidade e justiça social expôs suas fragilidades. O modelo neoliberal, ao negligenciar os custos ambientais e sociais do crescimento, perpetuou práticas insustentáveis e aprofundou as

desigualdades sociais. Diante desses desafios, torna-se crucial a adoção de novos modelos econômicos que equilibrem de forma mais justa e sustentável os três pilares do desenvolvimento: o econômico, o ambiental e o social.

3.3. A ECONOMIA VERDE

A economia verde surgiu no final do século XX como uma resposta aos desafios impostos pela crise ambiental e à crescente insustentabilidade dos modelos econômicos tradicionais, que historicamente priorizaram o crescimento econômico em detrimento da preservação dos recursos naturais. O conceito foi formalizado a partir das discussões sobre desenvolvimento sustentável, desencadeadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92. Essa conferência consolidou a preocupação global com a degradação ambiental e resultou na Agenda 21, um plano de ação para o desenvolvimento sustentável que incorporava princípios de sustentabilidade às políticas públicas globais (Jacobs, 1993).

A economia verde é entendida como um modelo econômico que visa promover o crescimento econômico enquanto reduz os impactos ambientais e melhora o bem-estar social. Este conceito contrasta com os modelos econômicos tradicionais baseados no consumo excessivo de recursos naturais, que frequentemente resultam em degradação ambiental, poluição e exclusão social. A economia verde busca, assim, uma transformação estrutural nos padrões de produção e consumo, promovendo a eficiência no uso de recursos, o investimento em energias renováveis e tecnologias limpas, e a preservação da biodiversidade. Uma de suas principais características é a internalização dos custos ambientais nas decisões econômicas, um conceito fundamental para o desenvolvimento sustentável (Pearce; Markandya; Barbier, 1989).

A ideia de economia verde ganhou força no início do século XXI, especialmente após a crise financeira de 2008, que expôs as fragilidades do sistema econômico global e deu impulso a novas formas de pensar o desenvolvimento econômico. A partir desse contexto, organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), começaram a promover a transição para uma economia verde como parte de uma solução abrangente para o desenvolvimento sustentável. Em 2011, o PNUMA lançou o relatório Rumo a uma Economia Verde, que enfatizava que a transição para este modelo

econômico não só é necessária para enfrentar os desafios ambientais globais, como também oferece oportunidades significativas para o crescimento econômico e a criação de empregos (UNEP, 2011).

O relatório do PNUMA foi um marco na popularização do conceito de economia verde, demonstrando que políticas orientadas para a sustentabilidade podem trazer benefícios econômicos e sociais tangíveis. Segundo o relatório, investimentos em setores verdes, como energia renovável, agricultura sustentável, transporte de baixo carbono e eficiência energética, poderiam gerar um crescimento econômico mais inclusivo e de longo prazo, em comparação com a economia tradicional baseada em combustíveis fósseis e exploração predatória de recursos naturais. Além disso, a economia verde propõe uma redefinição do que é considerado desenvolvimento econômico, enfatizando que o crescimento não deve ser medido apenas em termos de Produto Interno Bruto (PIB), mas também em termos de indicadores de bem-estar, equidade social e saúde ambiental (UNEP, 2011; Barbier, 2012).

Outro aspecto fundamental da economia verde é sua ênfase na criação de empregos verdes, ou seja, empregos que contribuem para a redução dos impactos ambientais e para o desenvolvimento sustentável. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a transição para uma economia verde tem o potencial de criar milhões de empregos em setores como energias renováveis, construção sustentável e gestão de resíduos. Esse potencial foi destacado pelo relatório *Working Towards Sustainable Development*²⁶, de 2012, que demonstrou que, com as políticas certas, a transição para uma economia verde poderia não apenas mitigar os impactos das mudanças climáticas, mas também reduzir o desemprego global, especialmente em países em desenvolvimento (ILO, 2012).

No entanto, a implementação da economia verde enfrenta desafios significativos, incluindo a resistência de setores econômicos tradicionais, a falta de incentivos financeiros adequados e a dificuldade de coordenação global. Além disso, críticos argumentam que o conceito pode ser utilizado como uma estratégia de *greenwashing*²⁷, onde empresas e

²⁶ Working Towards Sustainable Development ou Trabalhando para o Desenvolvimento Sustentável (em português) é um relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2012, que analisa as oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável a partir da criação de empregos verdes e do avanço da inclusão social. Este documento explora como a transição para uma economia verde pode contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, ao mesmo tempo em que promove condições de trabalho dignas e reduz a pobreza (International Labour Organization, 2012).

²⁷ Greenwashing refere-se à prática de algumas empresas que, ao promoverem uma imagem de responsabilidade ambiental, enganam os consumidores sobre a verdadeira natureza de suas práticas ou produtos. Essa estratégia visa capitalizar o crescente interesse do público por questões ambientais, muitas vezes através de marketing enganoso ou alegações exageradas sobre sustentabilidade. O termo "greenwashing" é uma combinação das

governos promovem práticas que parecem sustentáveis, mas que, na realidade, perpetuam padrões insustentáveis de consumo e produção. Essas críticas destacam a necessidade de garantir que as políticas de economia verde sejam efetivamente transformadoras e não apenas uma forma de manter o status quo (Bina, 2013).

Nos últimos anos, a economia verde foi incorporada em agendas globais de desenvolvimento, especialmente através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela ONU em 2015. Os ODS, particularmente o Objetivo 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e o Objetivo 12 (consumo e produção responsáveis), refletem o compromisso de promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável, com ênfase na eficiência do uso de recursos e na redução dos impactos ambientais. A transição para uma economia verde está, assim, intimamente ligada à agenda global de desenvolvimento sustentável, e é vista como um caminho essencial para atingir as metas globais até 2030 (United Nations, 2015).

Em suma, a economia verde representa um novo paradigma de desenvolvimento que reconhece os limites ecológicos e busca alinhar crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental. Desde seu surgimento, o conceito tem sido promovido como uma solução viável para enfrentar os desafios ambientais globais, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades para um desenvolvimento mais inclusivo e resiliente. No entanto, a implementação bem-sucedida da economia verde requer uma transformação profunda nos sistemas econômicos e políticos, e uma vontade coletiva para adotar práticas verdadeiramente sustentáveis (Barbier, 2012).

3.4. A ECONOMIA VERDE E A SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ESG E OS ODS

A economia verde, como conceito emergente nas últimas décadas, está intrinsecamente relacionada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), servindo como um modelo para promover um desenvolvimento econômico que respeita os limites ecológicos e sociais do planeta. Essa relação está fortemente fundamentada na busca por um equilíbrio entre as dimensões

palavras "green" (verde) e "whitewashing" (encobrimento). Essa prática é criticada por desviar a atenção de ações reais que poderiam contribuir para a sustentabilidade ambiental. Em português, o termo é geralmente traduzido como "lavagem verde" ou "maquiagem verde" (Delmas; Burbano, 2011)

ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável, tal como delineado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa transformar o paradigma econômico global através de práticas mais responsáveis e inclusivas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pela ONU em 2015, estabeleceram 17 metas globais que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todos os indivíduos desfrutem de paz e prosperidade até 2030. A economia verde, nesse contexto, aparece como uma abordagem capaz de facilitar a realização de muitos desses objetivos, particularmente aqueles relacionados ao combate às mudanças climáticas (ODS 13), à promoção de energia acessível e limpa (ODS 7), à garantia de consumo e produção sustentáveis (ODS 12), e à conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos (ODS 14 e 15). Esses objetivos, que demandam uma reconfiguração dos padrões de produção e consumo, estão no cerne da economia verde, que busca reduzir os impactos ambientais ao mesmo tempo em que promove o crescimento econômico inclusivo (UNEP, 2011).

Além de sua ligação com os ODS, a economia verde também está estreitamente conectada às práticas ESG, um conjunto de critérios que guiam as ações das empresas no que tange às suas responsabilidades ambientais, sociais e de governança. As práticas ESG surgiram como uma resposta à necessidade de as empresas adotarem abordagens mais transparentes e responsáveis em suas operações, refletindo uma crescente pressão por parte dos investidores, consumidores e reguladores para que as empresas integrem considerações de sustentabilidade em seus modelos de negócios (Khan; Serafeim; Yoon, 2016). A economia verde complementa as práticas ESG ao fornecer uma estrutura econômica que incentiva as empresas a operarem de maneira sustentável, minimizando seus impactos ambientais, promovendo condições de trabalho justas e transparentes, e garantindo uma governança eficiente e ética.

A convergência entre a economia verde, os ODS e as práticas ESG refletem uma mudança estrutural nas economias globais em direção a modelos de negócios que são não apenas lucrativos, mas também socialmente responsáveis e ambientalmente conscientes. As empresas que adotam os princípios da economia verde e incorporam práticas ESG estão, de fato, alinhando suas operações com as metas globais estabelecidas pelos ODS, ao mesmo tempo que respondem às demandas de um mercado cada vez mais sensível a questões de sustentabilidade (Khan; Serafeim; Yoon, 2016).

A adoção de práticas ESG, por exemplo, é um meio de operacionalizar a economia verde dentro das empresas, ao exigir que elas considerem fatores como eficiência energética, redução de emissões de carbono, gestão de resíduos e preservação da biodiversidade, elementos centrais para o cumprimento de metas como o ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 13 (ação contra a mudança global do clima) (Eccles; Ioannou; Serafeim, 2014).

A relação entre a economia verde e os ODS é fortalecida pelo fato de que ambos os conceitos compartilham a visão de um desenvolvimento que não compromete as gerações futuras. A economia verde, ao enfatizar a eficiência no uso de recursos e a redução de impactos ambientais, complementa os esforços globais dos ODS para garantir um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Da mesma forma, as práticas ESG fornecem às empresas ferramentas para que suas operações contribuam para a consecução dos ODS, alinhando metas empresariais com as necessidades globais de preservação ambiental e justiça social (Eccles; Ioannou; Serafeim, 2014).

Em última análise, a economia verde, os ODS e as práticas ESG representam abordagens complementares que estão moldando a transição para um novo paradigma econômico global. Juntos, esses conceitos proporcionam uma estrutura para a construção de um sistema econômico mais equitativo, sustentável e resiliente, que valoriza tanto o crescimento econômico quanto a proteção ambiental e o bem-estar social. Ao integrar os princípios da economia verde com as metas globais dos ODS e as práticas ESG, as empresas podem se posicionar como líderes na transição para um futuro sustentável, garantindo que seus modelos de negócios sejam compatíveis com as demandas de um mundo em rápida transformação (Eccles; Ioannou; Serafeim, 2014).

3.5. A ECONOMIA VERDE COMO “SOLUÇÃO” DE MODELO ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A economia verde tem sido amplamente promovida como uma solução viável para o desenvolvimento sustentável, oferecendo um novo modelo econômico que busca harmonizar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Este conceito emergiu em resposta às falhas percebidas nos modelos econômicos tradicionais, que muitas vezes priorizam o crescimento a qualquer custo, resultando em degradação ambiental e

desigualdades sociais. A economia verde, por outro lado, propõe uma transição para um modelo de desenvolvimento que respeita os limites ecológicos do planeta e promove a equidade social, garantindo o bem-estar das gerações atuais e futuras (Jackson, 2011).

O principal objetivo da economia verde é promover o crescimento econômico enquanto reduz os impactos ambientais e melhora o bem-estar social. Conforme definido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a economia verde é "aquela que resulta em melhorias no bem-estar humano e na equidade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas" (UNEP, 2011). Esse conceito sugere que é possível alcançar o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente, por meio de políticas que incentivem o uso eficiente dos recursos naturais, a redução de emissões de gases de efeito estufa e a proteção da biodiversidade. Além disso, a economia verde defende a criação de empregos sustentáveis, os chamados "empregos verdes", que são centrais para a transição para uma economia mais justa e inclusiva (Jackson, 2011).

O desenvolvimento sustentável, tal como delineado pela Comissão Brundtland em 1987, visa satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987). No entanto, os modelos econômicos dominantes, baseados em um crescimento ilimitado e na exploração intensiva dos recursos naturais, têm demonstrado sua incapacidade de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

A crise climática, a perda de biodiversidade e a desigualdade social crescente são algumas das consequências desse modelo. A economia verde oferece uma solução ao propor uma reorganização dos padrões de produção e consumo, promovendo uma utilização mais racional dos recursos e a minimização dos resíduos e emissões poluentes (Jackson, 2011).

Além disso, a economia verde está alinhada com as metas globais estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela ONU em 2015. Vários dos ODS, incluindo aqueles que tratam de ação climática, energia limpa e acessível, e consumo e produção responsáveis, encontram na economia verde um meio para atingir esses objetivos.

Por exemplo, o ODS 7, que visa garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos, pode ser promovido por meio da transição para energias renováveis, uma estratégia central da economia verde (Barbier, 2012). Da mesma forma, o ODS 12, que defende padrões de produção e consumo sustentáveis, é fundamental para a

economia verde, que busca repensar os modos de produção de bens e serviços com o intuito de reduzir o impacto ambiental e preservar os recursos naturais.

Um dos grandes méritos da economia verde é sua capacidade de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Este modelo incentiva o uso eficiente dos recursos, promovendo inovação tecnológica e investimentos em setores verdes, como energia renovável, transporte sustentável e construção ecológica. De acordo com Barbier (2012), a transição para uma economia verde não apenas ajudaria a mitigar os impactos das mudanças climáticas e a conservar os ecossistemas, mas também geraria novos mercados e oportunidades de emprego. Dessa forma, o modelo oferece um caminho para o desenvolvimento econômico que não apenas protege o meio ambiente, mas também promove a inclusão social.

Entretanto, para que a economia verde seja uma solução efetiva para o desenvolvimento sustentável, é necessário enfrentar desafios estruturais significativos. A transição para este novo modelo requer mudanças profundas nas políticas públicas, incluindo subsídios para tecnologias limpas, regulação ambiental mais rigorosa e incentivos fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis. Além disso, é crucial que as economias em desenvolvimento sejam apoiadas por meio de cooperação internacional e transferência de tecnologia, de modo a garantir que a transição para a economia verde não agrave as desigualdades globais, mas sim contribua para uma maior justiça social e ambiental (UNEP, 2011).

As críticas ao conceito de economia verde geralmente envolvem preocupações de que ele possa ser utilizado como uma ferramenta de *greenwashing*²⁸, em que empresas ou governos alegam estar adotando práticas verdes, mas, na verdade, continuam a operar de maneira insustentável. No entanto, se implementada corretamente, com regulamentação rigorosa e monitoramento eficaz, a economia verde tem o potencial de transformar as economias globais, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo (Bina, 2013).

²⁸ O conceito de *greenwashing* refere-se à prática em que empresas ou organizações divulgam uma imagem falsa ou exagerada de responsabilidade ambiental, com o objetivo de enganar consumidores e investidores sobre a sustentabilidade de seus produtos, serviços ou operações. Em vez de adotar verdadeiras práticas sustentáveis, essas empresas utilizam estratégias de marketing para promover uma imagem "verde" que não corresponde à realidade. Esse fenômeno foi inicialmente discutido por autores como Laufer (2003), que alertam para o perigo de que *greenwashing* mine a credibilidade das empresas que realmente investem em sustentabilidade e enfraqueça a confiança do público nas práticas de responsabilidade corporativa ambiental. (Laufer, 2003)

Em suma, a economia verde representa uma abordagem inovadora e necessária para enfrentar os desafios contemporâneos de sustentabilidade. Ao alinhar crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social, ela oferece uma solução viável para o desenvolvimento sustentável. A implementação bem-sucedida da economia verde, no entanto, depende de uma ação coordenada entre governos, empresas e sociedade civil, bem como de uma mudança nos paradigmas econômicos dominantes, que precisam passar a considerar os limites ecológicos e a necessidade de justiça social em suas práticas de desenvolvimento. Dessa forma, a economia verde se consolida como um modelo que pode reconciliar as demandas de um planeta finito com as necessidades de uma população em crescimento.

O capítulo 2 deste trabalho procurou apresentar o contexto histórico do Neoliberalismo, explorando as ideias de economistas como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, e as limitações desse modelo na abordagem das questões de sustentabilidade. Em seguida, foi discutido o conceito de economia verde, enfatizando sua relevância para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a importância das práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG). Por fim, foi apresentada a economia verde como uma possível solução de um modelo econômico que promova o desenvolvimento sustentável. No próximo capítulo, serão analisados os relatórios de sustentabilidade das empresas Natura e O Boticário, com o objetivo de investigar como essas organizações incorporam os ODS e as práticas ESG, e como seu alinhamento sustentável se enquadra nos moldes da economia verde.

4. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO NATURA E GRUPO BOTICÁRIO

Para introduzir o terceiro capítulo, que focará na análise dos relatórios de sustentabilidade da Natura e O Boticário, é importante conectar os temas já discutidos nos capítulos anteriores com o objetivo desta última etapa do trabalho.

Nos capítulos iniciais, foram exploradas as bases teóricas e históricas fundamentais para o entendimento do desenvolvimento sustentável, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e das práticas de *Environmental, Social, and Governance* (ESG). No primeiro capítulo, discutiu-se como o conceito de sustentabilidade se consolidou na agenda global através dos ODS e práticas ESG, as quais atuam como diretrizes essenciais para que as empresas alinhem suas operações com o desenvolvimento sustentável, promovendo transparência, equidade social e preservação ambiental. No segundo capítulo, foi abordada a economia verde como uma proposta de solução ao modelo econômico neoliberal, visando construir uma estrutura econômica mais inclusiva e que considere os limites ecológicos, refletindo o compromisso das empresas com a sustentabilidade e o bem-estar social.

Neste terceiro e último capítulo, a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas Natura e O Boticário permitirá examinar como essas organizações têm implementado práticas ESG e ODS de maneira prática e mensurável. Esses relatórios são ferramentas fundamentais de transparência e responsabilidade, pois fornecem informações detalhadas sobre as estratégias e ações adotadas pelas empresas para minimizar impactos ambientais, fortalecer suas políticas sociais e governamentais, e alinhar-se aos padrões globais de sustentabilidade. Avaliar essas práticas não apenas revela o nível de compromisso dessas empresas em uma economia mais verde, mas também permite identificar avanços, desafios e oportunidades para aprimorar suas contribuições ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, este capítulo será dividido em seções. Na primeira seção será apresentada a metodologia que será usada para a análise dos relatórios de sustentabilidade dos grupos Natura e O Boticário; em seguida, na segunda seção será discutido o histórico de compromisso com a sustentabilidade de ambos os grupos. A terceira seção, análise das práticas ambientais, será subdividida em três subseções: i) a análise do descarte e consumo de água; ii) emergência climática, energia e emissões; iii) resíduos e circularidade das

embalagens. Na quarta seção será apresentada as práticas sociais dos grupos, e por fim, na quinta seção, serão abordadas as práticas de governança corporativa da Natura e O Boticário.

4.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Neste terceiro capítulo, adota-se a metodologia de estudo de caso para a análise dos relatórios de sustentabilidade dos grupos Natura e O Boticário. O estudo de caso é uma abordagem metodológica qualitativa que permite explorar em profundidade as práticas dessas empresas ao longo de um período específico, capturando tanto a diversidade de iniciativas quanto o alinhamento estratégico com objetivos de sustentabilidade. A escolha dessa metodologia possibilita uma análise detalhada das práticas adotadas por cada empresa, bem como das abordagens distintas ou similares que utilizam para integrar os princípios da economia verde, ODS e ESG em suas operações (Gerring, 2004).

A análise dos relatórios de sustentabilidade, referentes ao período de 2019 a 2022, será realizada com base em critérios específicos que refletem os principais temas discutidos nos capítulos anteriores. Os relatórios serão examinados segundo o alinhamento das práticas corporativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles que tratam de questões ambientais, sociais e de governança. Também será avaliado o cumprimento das práticas ESG, que exigem uma atuação empresarial responsável, abrangendo desde políticas de diversidade e inclusão até a transparência e ética corporativa. Além disso, o estudo analisará como cada empresa se posiciona em relação aos indicadores da economia verde, verificando a adoção de ações voltadas para o uso eficiente de recursos, a mitigação de impactos ambientais, a geração de empregos verdes e a promoção de um modelo de negócios circular e sustentável.

Para a coleta de dados, serão utilizadas exclusivamente as informações fornecidas nos relatórios de sustentabilidade da Natura e O Boticário, publicados anualmente de 2019 a 2022. Esse período foi selecionado para acompanhar a evolução das práticas de sustentabilidade ao longo dos anos mais recentes, refletindo tendências e mudanças que tenham ocorrido com o amadurecimento das práticas ESG e o avanço das estratégias relacionadas aos ODS. Ao estabelecer esse recorte temporal, é possível identificar o progresso, os desafios enfrentados e as adaptações implementadas por essas empresas, contribuindo para uma compreensão mais

aprofundada sobre o impacto e a eficácia de suas práticas em um contexto de desenvolvimento sustentável.

4.2. HISTÓRICO E COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS

O grupo Natura possui um compromisso de longa data com a sustentabilidade, refletido em sua trajetória pioneira no setor de cosméticos e em suas iniciativas que integram as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Desde sua fundação, a empresa incorporou a sustentabilidade como um dos pilares de sua estratégia corporativa, promovendo um modelo de negócios que respeita os limites ecológicos e valoriza as comunidades tradicionais com as quais se relaciona. O documento de metas de sustentabilidade de 2022 da Natura reafirma essa visão ao colocar objetivos específicos para reduzir impactos ambientais e fortalecer seu papel social nas cadeias de valor²⁹, destacando o uso consciente de recursos e o compromisso com a economia circular (Natura & Co, 2022).

A empresa busca minimizar suas emissões de carbono, adotar fontes de energia renováveis e expandir práticas de reciclagem, demonstrando alinhamento com princípios da economia verde e das práticas ESG. Essas metas revelam uma abordagem integrada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito ao consumo e produção responsáveis, à ação climática e à preservação da biodiversidade (UNEP, 2011; Natura & Co, 2020). Natura também apoia o empoderamento de comunidades indígenas e tradicionais na Amazônia, promovendo o uso sustentável da biodiversidade e garantindo que suas práticas empresariais respeitem e beneficiem essas populações, fortalecendo seu papel como líder em sustentabilidade no setor de cosméticos (Natura & Co, 2024).

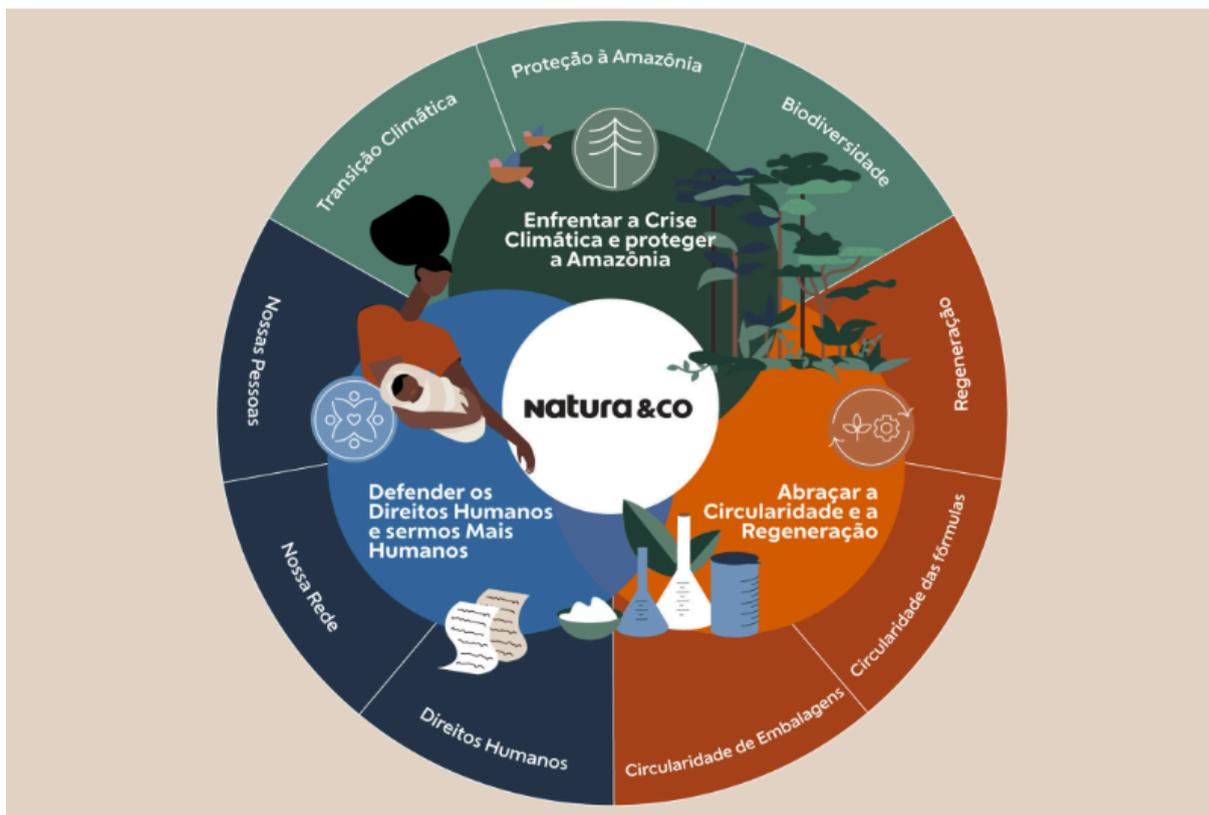
No nosso Compromisso com a Vida definimos metas ousadas para a próxima década que intensificarão nossas ações para resolver alguns dos problemas mais urgentes do

²⁹ O termo “cadeia de valor” refere-se a todas as atividades interligadas que uma organização executa, desde a concepção de um produto até sua entrega final ao consumidor, com o objetivo de agregar valor em cada etapa. Introduzido por Michael Porter (1985), o conceito analisa as funções primárias, como produção, marketing e logística, e as atividades de apoio, como infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, de forma a identificar pontos de aprimoramento, reduzir custos, aumentar a eficiência e melhorar a competitividade da empresa. Segundo Porter, a compreensão detalhada da cadeia de valor permite que a organização diferencie suas ofertas e otimize processos para criar uma vantagem competitiva sustentável (Porter, 1985).

mundo: enfrentar a crise climática e proteger a Amazônia, garantir a paridade de gênero e a inclusão, bem como abraçar a circularidade e a regeneração em todos nossos negócios. O princípio por trás dessa visão é gerar soluções de negócios para os principais problemas que enfrenta o mundo, gerando impacto positivo. Nosso objetivo é criar um modelo de negócios escalável que devolve para o mundo mais do que toma dele (Natura, 2024).

Dessa forma, o histórico da Natura no setor, aliado ao compromisso com metas atualizadas de sustentabilidade, posiciona a empresa como um exemplo de integração dos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social nas operações de negócios. Sua estratégia vai além da mitigação de impactos ambientais, englobando práticas inclusivas e éticas que geram valor para todos os stakeholders. Na figura (Figura 3) abaixo, é possível entender como são distribuídos os objetivos de desenvolvimento sustentável da empresa:

FIGURA 3 – Visão de sustentabilidade da Natura



Fonte: Natura & Co (2024)

Portanto, é possível perceber que essa abordagem pioneira da Natura reforça a ideia de que o sucesso econômico pode ser conciliado com a preservação ambiental e o respeito social,

representando um modelo que inspira transformações no setor empresarial global (Natura & Co, 2024).

Já o Grupo Boticário destaca-se por seu compromisso contínuo com a sustentabilidade e a implementação de práticas ESG, o que se reflete em sua trajetória no setor de cosméticos brasileiro e internacional. Desde a sua fundação, a empresa vem promovendo iniciativas que integram princípios ambientais e sociais em suas operações e relacionamentos com a cadeia de valor. Os relatórios ESG, divulgados anualmente pela empresa, detalham as metas e compromissos do Grupo, evidenciando seu alinhamento com uma economia mais verde e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em particular, o Grupo Boticário prioriza a redução de emissões de gases de efeito estufa, o investimento em embalagens recicláveis e a economia circular, demonstrando seu empenho em mitigar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades (Grupo Boticário, 2022).

A partir da visão ampliada de toda a nossa cadeia de valor, monitoramos tendências, riscos e oportunidades para aperfeiçoar nossa capacidade de gerar e compartilhar valor em curto, médio e longo prazos considerando, de modo integrado, os fatores ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) em todas as instâncias de tomada de decisão. Na alta governança, os aspectos ESG são monitorados pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade e Diversidade, que se reporta ao Conselho Consultivo e define e monitora a estratégia de integração de aspectos ESG no modelo de negócios do Grupo (Grupo Boticário, 2024).

Nesse sentido, segundo o Grupo Boticário (2024) seus aspectos de sustentabilidade se encontram materializados em: Embalagens e resíduos, consumo e descarte de água, desenvolvimento dos colaboradores, qualidade e segurança dos produtos, ingredientes naturais e renováveis, compras responsáveis e sustentáveis, conservação da biodiversidade, diversidade na cadeia de valor, governança, segurança e privacidade e desenvolvimento dos revendedores.

O compromisso do Grupo Boticário com a sustentabilidade estende-se por diversas áreas de sua operação, da fabricação ao consumo final, promovendo práticas ambientalmente responsáveis e socialmente inclusivas. Na fabricação e armazenamento, a empresa demonstra seu empenho em conservar recursos naturais, com 21% da água consumida proveniente de reúso, e uma taxa de reciclagem de resíduos de 97,4% em suas operações próprias. Além disso, 97,4% da energia elétrica utilizada pela empresa é obtida de fontes renováveis, reforçando seu compromisso com uma matriz energética limpa. No âmbito de pesquisa e

desenvolvimento, 75% dos produtos desenvolvidos possuem atributos de sustentabilidade, refletindo o investimento constante em inovação que respeita o meio ambiente (Grupo Boticário, 2021).

Em relação à distribuição, a empresa utiliza veículos elétricos em 50% dos volumes de entrega em São Paulo, reduzindo as emissões de carbono no transporte. O compromisso com a sustentabilidade também se estende às embalagens, com 77% dos produtos desenvolvidos utilizando materiais reciclados, promovendo uma economia circular. Por meio da Fundação Grupo Boticário, a empresa atua na conservação da biodiversidade, com 11 mil hectares de Mata Atlântica e Cerrado preservados diretamente. Com essa abordagem integrada e de longo prazo, o Grupo Boticário consolida-se como uma referência em responsabilidade ambiental, diversidade e transparência, contribuindo ativamente para um desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo (Grupo Boticário, 2021).

[...] tivemos uma mudança na preposição que compõe nossa visão. Passamos de “Ser o melhor e maior ecossistema de beleza do mundo” para Ser o melhor e maior ecossistema de beleza PARA o mundo”. O ajuste reflete de maneira mais fiel nosso jeito de ser e fazer, praticado desde nossa fundação e também reforça e amplia nosso olhar de responsabilidade com o mundo, com as pessoas e o legado que estamos construindo (Grupo Boticário, 2022, p.7)

Assim, é possível entender que ao longo de sua trajetória, o Grupo Boticário tem se consolidado como um exemplo de compromisso com a sustentabilidade no setor de cosméticos, posicionando-se como um agente transformador ao adotar as práticas ESG. Seu histórico de sustentabilidade, junto com seus relatórios anuais, reflete uma visão de negócios que equilibra o sucesso econômico com a preservação do meio ambiente e a justiça social, promovendo práticas que contribuem ativamente para uma economia mais justa e sustentável.

4.3 ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

O estudo das práticas ambientais empresariais tem se tornado essencial na análise de estratégias organizacionais, dada a crescente necessidade de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e consciente dos impactos ambientais. Tais práticas referem-se ao conjunto de iniciativas adotadas pelas empresas para minimizar os danos ao meio ambiente, incluindo ações de conservação de recursos, redução de resíduos, controle de emissões e adoção de

tecnologias mais limpas (Carroll, 2015). A seguir, serão abordadas as principais práticas ambientais adotadas pelo Grupo Natura e Boticário.

4.3.1 CONSUMO E DESCARTE DE ÁGUA

O Grupo Boticário demonstra um compromisso com a gestão sustentável dos recursos hídricos, integrando tecnologias de reúso e métodos de tratamento em suas operações, além de estabelecer metas de longo prazo para a conservação da água. Desde 2012, a empresa adota metas anuais de ecoeficiência, que incluem a redução do consumo de água e de energia, a diminuição na geração de resíduos e a redução das emissões de gases de efeito estufa. Esses indicadores são monitorados mensalmente e avaliados em reuniões trimestrais, promovendo um acompanhamento detalhado e uma abordagem estratégica para o uso eficiente de recursos naturais (Grupo Boticário, 2019).

A atuação do Grupo Boticário na gestão da água abrange diversas iniciativas tecnológicas em suas unidades fabris, como é o caso da fábrica de Camaçari (BA). Em 2020, o uso da limpeza térmica³⁰ evitou o uso de produtos químicos, diminuindo a geração de efluentes e ampliando as possibilidades de reúso da água. A empresa também investiu em bombas a vácuo para otimizar o transporte de componentes e reduzir o consumo de água em seus processos (Grupo Boticário, 2020). Em 2021, o grupo expandiu essas práticas ao incluir tecnologias que possibilitam o reúso de água em vasos sanitários, limpeza de pisos e jardins, com captação de água da chuva em seus centros de distribuição. Como meta para 2030, o Grupo Boticário pretende neutralizar os impactos hídricos em sua operação, promovendo o fechamento do ciclo da água em seus processos fabris por meio de novas técnicas de tratamento (Grupo Boticário, 2021).

Em 2022, o grupo deu continuidade a esses esforços com a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água de Reúso (ETAR) em sua unidade de São José dos Pinhais (PR), com investimento de R\$10 milhões. Esse sistema é composto por três etapas de tratamento de efluentes, que incluem processos químicos e de filtragem avançada, permitindo

³⁰ A limpeza térmica é um processo industrial que utiliza altas temperaturas para remover resíduos, contaminantes e detritos de superfícies e equipamentos, substituindo ou minimizando o uso de produtos químicos. Em indústrias que priorizam práticas ambientais sustentáveis, como as de cosméticos e alimentos, a limpeza térmica é cada vez mais adotada por sua eficiência e pela contribuição à economia circular, eliminando a necessidade de grandes volumes de solventes e minimizando a geração de efluentes prejudiciais ao meio ambiente (Binnemans et al., 2013).

o reúso da água em caldeiras, além dos usos tradicionais em sanitários, jardins e torres de resfriamento. Com capacidade de 8 mil litros, o novo sistema duplicou a capacidade de tratamento da estação anterior, e destaca-se pela qualidade superior do efluente tratado, ampliando as possibilidades de reutilização (Grupo Boticário, 2022).

Além das iniciativas operacionais, o Grupo Boticário avalia continuamente o impacto ambiental de seus produtos e processos. Para isso, desenvolveu a ferramenta Índice de Avaliação de Risco Ambiental (IARA), que monitora o impacto de produtos enxaguados no ambiente aquático, considerando a biodegradabilidade, bioacumulação e toxicidade das matérias-primas. Em 2022, a metodologia foi aprimorada com o projeto IARA Tech/LYRA, que passou a incluir aspectos como consumo de energia e geração de resíduos na análise das matérias-primas, fornecendo relatórios automatizados que facilitam o monitoramento e diagnóstico ambiental de cada ingrediente (Grupo Boticário, 2022). A qualidade da gestão hídrica do grupo foi avaliada pelo CDP³¹, uma referência em sustentabilidade, e recebeu nota A, reforçando seu compromisso com a segurança hídrica e a mitigação dos impactos ambientais.

As ações do Grupo Boticário relacionadas à gestão e reutilização de água refletem um alinhamento direto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). As iniciativas voltadas para o uso eficiente e consciente dos recursos hídricos demonstram o compromisso da empresa com a sustentabilidade e a ecoeficiência, contribuindo ativamente para a conservação dos recursos hídricos e para a minimização do impacto ambiental de suas operações (Grupo Boticário, 2021).

No contexto do ODS 6, que visa garantir o acesso à água limpa e saneamento para todos, o Grupo Boticário adota um sistema de tratamento e reúso de água, como exemplificado pela nova Estação de Tratamento de Água de Reúso (ETAR) em São José dos Pinhais (PR). A ampliação e aprimoramento das etapas de tratamento demonstram a dedicação do grupo em assegurar que sua operação mantenha altos padrões de

³¹ O CDP, conhecido como *Carbon Disclosure Project* (em português, O Projeto de Divulgação de Carbono), é uma organização internacional sem fins lucrativos que promove a transparência e o gerenciamento de impactos ambientais de empresas e cidades. Atuando como uma plataforma de avaliação, o CDP coleta, padroniza e divulga dados sobre práticas sustentáveis, incluindo emissões de gases de efeito estufa, uso de recursos hídricos e conservação de florestas, por meio de questionários anuais respondidos voluntariamente pelas empresas. A pontuação fornecida pelo CDP é um dos principais indicadores da atuação ambiental corporativa, sendo referenciada em critérios de avaliação de ESG (CDP, 2023).

sustentabilidade hídrica, alinhando-se com as metas da ONU para proteger e restaurar os ecossistemas aquáticos (Grupo Boticário, 2022).

Essas práticas também refletem um esforço contínuo em direção ao ODS 12, que incentiva a adoção de padrões sustentáveis de consumo e produção. Desde 2012, o Grupo Boticário estabelece metas anuais de redução de consumo de água e monitoramento regular de indicadores ambientais. A implementação de tecnologias como a limpeza térmica, a captação de água da chuva e o uso de água reciclada em diversos processos de fabricação e manutenção nas unidades operacionais exemplificam o compromisso da empresa com o consumo consciente e a produção responsável. (Grupo Boticário, 2020; 2021).

Ao incorporar essas práticas, o Grupo Boticário não apenas contribui para a conservação da água, mas também reforça sua responsabilidade social e ambiental junto às comunidades em que opera. A abordagem inovadora e integrada da empresa para o uso da água fortalece o compromisso com uma cadeia de valor mais sustentável, em que todos os elos contribuem para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, conforme os princípios estabelecidos pelos ODS. Essa dedicação em promover uma gestão hídrica eficiente e segura ilustra como o setor privado pode desempenhar um papel fundamental no avanço das metas globais de sustentabilidade, estabelecendo práticas que beneficiam não apenas o meio ambiente, mas também a sociedade como um todo (UNEP, 2011).

4.3.2 EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, ENERGIA E EMISSÕES

As iniciativas do Grupo Boticário relacionadas à gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), ao uso de energia renovável e ao enfrentamento das crises climáticas estão profundamente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Esses compromissos ambientais evidenciam uma abordagem empresarial responsável e inovadora, que busca não apenas a ecoeficiência em suas operações, mas também o fortalecimento da sustentabilidade em longo prazo (Grupo Boticário, 2022).

A transição para uma matriz energética limpa e o compromisso com a neutralização das emissões de GEE (gases de efeito estufa) até 2030 são reflexos da atuação estratégica do Grupo Boticário, que desde 2019 opera com 100% de energia de fontes renováveis em suas fábricas e centros de distribuição principais. A unidade de Camaçari (BA) exemplifica esse

avanço, com 5% da energia consumida proveniente de uma usina solar própria, o que reduz a dependência de fontes convencionais e promove uma economia de baixo carbono (Grupo Boticário, 2021). Essa transição energética reforça a meta do ODS 7 de ampliar o acesso a fontes de energia limpa, promovendo a sustentabilidade e a resiliência das operações em um contexto de crescentes desafios climáticos (Grupo Boticário, 2021).

Em relação ao ODS 13, o Grupo Boticário adota uma gestão abrangente das emissões e dos riscos climáticos, seguindo diretrizes internacionais como o GHG Protocol³² para o inventário anual de emissões e a metodologia TCFD (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*)³³, que estrutura a análise de riscos climáticos com foco em governança, gestão de riscos, estratégias e métricas (Grupo Boticário, 2022). O Plano de Descarbonização, atualizado em 2022 permitiu ao grupo priorizar ações de mitigação de emissões com base em custo e efetividade, otimizando investimentos em sustentabilidade e reforçando o compromisso com a limitação do aquecimento global a 1,5°C, conforme o Acordo de Paris (Grupo Boticário, 2022).

Essas práticas ambientais também englobam a cadeia de valor do grupo, com a inclusão de fornecedores no monitoramento de emissões e a introdução de veículos elétricos na distribuição de produtos, contribuindo para a redução da pegada de carbono. Em parceria com a DHL Supply Chain³⁴, o grupo ampliou o uso de veículos elétricos nas capitais brasileiras, o que reforça a meta de neutralizar as emissões em sua operação direta até 2030

³² O *GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol)* é uma das metodologias mais amplamente adotadas para contabilização e gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa por empresas e organizações. Desenvolvido em conjunto pelo World Resources Institute (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o protocolo estabelece diretrizes padronizadas e internacionalmente reconhecidas para medir e reportar emissões diretas e indiretas de GEE. Ao classificar as emissões em três escopos distintos — Escopo 1 (emissões diretas de fontes próprias), Escopo 2 (emissões indiretas da energia adquirida) e Escopo 3 (outras emissões indiretas da cadeia de valor) —, o GHG Protocol permite que organizações avaliem e monitorem seu impacto ambiental de forma abrangente e transparente (World Resources Institute, 2012).

³³ A *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)* foi criada em 2015 pelo *Financial Stability Board (FSB)* com o objetivo de desenvolver recomendações para uma divulgação padronizada de informações financeiras relacionadas ao clima, visando facilitar a compreensão de riscos e oportunidades climáticas por investidores, credores e seguradoras. Suas diretrizes organizam as divulgações em quatro pilares: governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. Dessa forma, a TCFD promove maior transparência e consistência, incentivando as organizações a incorporarem questões climáticas em suas estratégias de negócios e decisões financeiras, alinhando-se a práticas de sustentabilidade de longo prazo (TCFD, 2024).

³⁴ A *DHL Supply Chain* é uma divisão do grupo Deutsche Post DHL, especializada em oferecer soluções logísticas e de gestão de cadeia de suprimentos em âmbito global. Reconhecida pela inovação em logística sustentável, a empresa foca em tecnologias para melhorar a eficiência e reduzir a pegada de carbono, como o uso de veículos elétricos e serviços de logística reversa. Suas práticas sustentáveis e avançadas de transporte tornaram-se na parceira preferencial para empresas que buscam reduzir o impacto ambiental em suas operações logísticas, promovendo, assim, um sistema de suprimentos alinhado a metas ambientais e de sustentabilidade (DHL, 2024).

(Grupo Boticário, 2021). Essa atuação integrada e estratégica destaca como o Grupo Boticário incorpora as demandas globais por práticas sustentáveis, promovendo um modelo de negócios que responde aos desafios das mudanças climáticas e contribui para o desenvolvimento sustentável.

Já o compromisso da Natura com a sustentabilidade ambiental e a mitigação da crise climática reflete uma abordagem abrangente e inovadora, que abrange desde a redução de emissões de GEE até a conservação da Amazônia e a promoção da biodiversidade. Em resposta aos desafios globais de mudanças climáticas e perda de biodiversidade, a Natura estabeleceu o “Compromisso com a Vida”, uma iniciativa que visa promover ações estruturadas para proteger o meio ambiente e estimular a circularidade em seus processos. Esse compromisso implica a redução das emissões de GEE para toda a cadeia produtiva, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o descarte final das embalagens, com a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2030, vinte anos antes do compromisso estabelecido pela ONU (Natura & Co, 2020).

Para atingir essas metas, a Natura tem implementado uma série de estratégias de descarbonização. A empresa adota práticas como o uso de energia renovável e projetos de eficiência energética, além de iniciativas em logística e distribuição com baixa emissão de carbono. Em 2020, a Natura já havia evitado a emissão de mais de 162 mil toneladas de CO₂ equivalente, o que representa uma redução de 32% em comparação a um modelo operacional tradicional. A Aesop, uma das marcas do grupo, alcançou a neutralidade de carbono na Nova Zelândia e na Austrália, e a Avon, também pertencente ao grupo, utiliza energia renovável em todas as suas operações de escopo 2 (Natura & Co, 2020). Essas ações são apoiadas por parcerias estratégicas, como a colaboração com a consultoria *Carbon Trust*³⁵ para consolidar e monitorar a pegada de carbono de suas operações nos escopos 1, 2 e 3, permitindo que a

³⁵ A *Carbon Trust* é uma organização global de consultoria especializada em apoiar empresas, governos e instituições no desenvolvimento de estratégias de baixo carbono e na transição para uma economia sustentável. Fundada no Reino Unido, a consultoria oferece uma ampla gama de serviços, desde a avaliação e certificação de emissões de carbono até o desenvolvimento de soluções de eficiência energética e práticas de sustentabilidade corporativa. O trabalho da Carbon Trust tem sido amplamente reconhecido por sua base científica e contribui para orientar entidades no cumprimento de metas de redução de emissões e no alinhamento com compromissos globais, como o Acordo de Paris (Carbon Trust, 2024).

Natura alinhe suas metas climáticas com a *Science-Based Targets Initiative* (SBTi)³⁶ e contribua para limitar o aquecimento global a 1,5°C (Natura & Co, 2020).

A proteção da Amazônia também ocupa uma posição central na estratégia ambiental da Natura, que busca atuar como um agente de transformação na região. A empresa é uma das principais participantes da Concertação pela Amazônia, uma rede que promove o desenvolvimento sustentável da floresta e apoia políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade. Através do Programa Natura Amazônia, a empresa já gerou mais de R\$2,1 bilhões em negócios na região, fomentando o desenvolvimento econômico de comunidades locais e a preservação da floresta. Com o compromisso de alcançar o desmatamento zero até 2025, a Natura se propõe a expandir sua área de influência na conservação da Amazônia para 3 milhões de hectares e aumentar o número de bio ingredientes sustentáveis em sua cadeia produtiva, fortalecendo parcerias com comunidades locais e promovendo o pagamento pelo Acesso e Repartição de Benefícios (ABS)³⁷, em conformidade com o Protocolo de Nagoya³⁸ (Natura & Co, 2020).

Além de proteger a biodiversidade, a Natura visa implementar práticas de comércio justo, que valorizam e respeitam o conhecimento tradicional das comunidades locais. A empresa estabeleceu uma rede de parcerias com organizações internacionais, como a União

³⁶ *Science-Based Targets Initiative* (SBTi) é uma iniciativa global que visa ajudar empresas e instituições a definirem metas de redução de emissões de GEE alinhadas com as melhores práticas científicas e com os objetivos estabelecidos pelo Acordo de Paris. Criada em 2015, a SBTi oferece uma estrutura robusta para empresas estabelecerem metas de emissão que contribuem para limitar o aquecimento global a 1,5°C ou 2°C acima dos níveis pré-industriais, conforme o estipulado pela comunidade científica internacional. Empresas que adotam as metas da SBTi não apenas demonstram compromisso com a sustentabilidade, mas também se alinham com as exigências dos mercados financeiros e consumidores cada vez mais exigentes em relação à transparência e ação climática (Science Based Targets, 2024).

³⁷ Acesso e Repartição de Benefícios (ABS, do inglês *Access and Benefit-Sharing*) é um princípio estabelecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que visa garantir que os benefícios derivados da utilização de recursos genéticos sejam compartilhados de maneira justa e equitativa com os países ou comunidades que fornecem esses recursos. O ABS busca proteger os direitos das comunidades indígenas e locais, reconhecendo seu conhecimento tradicional sobre biodiversidade e garantindo que recebam compensações financeiras e de outra natureza pela utilização desses recursos. O sistema de ABS é fundamental para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, promovendo a igualdade nas relações entre os países ricos em recursos naturais e aqueles que utilizam esses recursos para fins comerciais (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2024).

³⁸ O Protocolo de Nagoya é um tratado internacional que complementa a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e foi adotado em 2010 na cidade de Nagoya, Japão. Este protocolo estabelece diretrizes claras sobre o Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios (ABS, do inglês *Access and Benefit-Sharing*), com o objetivo de garantir que os recursos genéticos e o conhecimento tradicional associado sejam utilizados de maneira ética e sustentável. O protocolo visa fortalecer a soberania dos países sobre seus recursos biológicos, sendo um marco no esforço internacional para combater o biopirata, ou seja, o uso indevido de recursos genéticos sem compensação justa para as populações que detêm esse conhecimento ancestral (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2024).

para o Biocomércio Ético (UEBT)³⁹ e a *One Planet Business for Biodiversity* (OP2B)⁴⁰, para promover a conservação da biodiversidade e a agricultura sustentável. A Natura foi pioneira ao obter certificações que atestam suas boas práticas em biocomércio e, em 2020, a linha Ekos foi recertificada pela UEBT, demonstrando o compromisso da empresa com a utilização de bio ingredientes de forma ética e sustentável (Natura & Co, 2020).

O engajamento da Natura com a sustentabilidade vai além de suas operações e envolve a criação de políticas e ações colaborativas com outras empresas e organizações globais. A empresa apoia a iniciativa *Business Ambition for 1.5°C*, promovida pela ONU, que incentiva o setor privado a adotar metas ambiciosas para reduzir as emissões de carbono e preservar a biodiversidade. A Natura trabalha em conjunto com outras corporações, como a Danone, para compartilhar conhecimento e impulsionar ações que possam impactar positivamente o meio ambiente. Essas parcerias refletem a visão da Natura de que a conservação ambiental e a promoção de uma economia de baixo carbono só serão possíveis por meio de esforços coletivos e de uma transformação sistêmica (Natura & Co, 2020).

Dessa forma, a Natura reafirma seu papel de liderança no setor cosmético, não apenas promovendo práticas ambientalmente responsáveis em sua cadeia de valor, mas também engajando-se em um debate global sobre desenvolvimento sustentável. Ao adotar uma abordagem integrada e sustentável, a Natura ilustra como o setor privado pode contribuir significativamente para a conservação ambiental, ao mesmo tempo em que promove uma economia mais justa e resiliente para as gerações futuras (Natura & Co, 2020).

Portanto, é possível compreender que as ações da Natura estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG), refletindo uma estratégia empresarial que integra responsabilidade socioambiental em suas operações. A meta de alcançar emissões líquidas

³⁹ *A União para o Biocomércio Ético* (UEBT, do inglês *Union for Ethical BioTrade*) é uma organização internacional que promove práticas comerciais éticas no setor de biocomércio, com foco na utilização sustentável de recursos biológicos e no respeito aos direitos das comunidades locais e indígenas. Fundada em 2007, a UEBT estabelece um sistema de certificação que assegura que as empresas adotem práticas que garantam a conservação da biodiversidade, o cumprimento das leis nacionais e internacionais de acesso a recursos genéticos e a repartição justa dos benefícios derivados desses recursos (UEBT, 2024).

⁴⁰ *One Planet Business for Biodiversity* (OP2B) é uma coalizão global formada por empresas líderes de diversos setores, com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais nas cadeias de valor. Lançado em 2019, o OP2B visa unir o setor privado e as políticas públicas para enfrentar a crise de biodiversidade, alinhando as práticas empresariais às metas internacionais de conservação, como as estabelecidas pelo Acordo de Paris e pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O grupo busca a integração da biodiversidade nas estratégias empresariais, impulsionando inovações que possam garantir uma economia circular e regenerativa, contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo (OP2B, 2024).

zero de gases de efeito estufa até 2030, por exemplo, reforça o compromisso da empresa com o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Para isso, a Natura adota uma série de iniciativas que incluem o uso de energia renovável, a compensação de carbono e a implementação de tecnologias de baixa emissão em logística e distribuição. Essas ações são complementadas por uma análise de ciclo de vida de produtos e parcerias com consultorias ambientais, e ainda promove a transparência e a responsabilidade, princípios essenciais da dimensão ambiental das práticas ESG (Natura & Co, 2020).

Além de suas ações climáticas, a Natura se destaca na preservação da Amazônia e no fortalecimento das comunidades locais, contribuindo diretamente para o ODS 15 (Vida Terrestre) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Através do Programa Natura Amazônia, a empresa promove o desenvolvimento econômico sustentável e o comércio justo, gerando valor para mais de 40 comunidades da região. Essas iniciativas exemplificam a dimensão social das práticas ESG, que englobam não apenas a inclusão e o desenvolvimento das comunidades tradicionais, mas também o respeito pelo conhecimento indígena e pela biodiversidade local. A estratégia da Natura para o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia reflete uma visão de negócios que considera os impactos ecológicos e sociais, criando uma cadeia de valor que promove o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental (Natura & Co, 2020).

A governança ESG da Natura também se evidencia em seu engajamento com normas internacionais, como o Protocolo de Nagoya, que estabelece diretrizes para o Acesso e Repartição de Benefícios (ABS). Esse compromisso com o comércio justo e ético se alinha ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e reforça a importância de uma governança transparente e ética para o sucesso de iniciativas sustentáveis.

4.3.3 RESÍDUOS E CIRCULARIDADE DE EMBALAGENS

O Grupo Boticário adota práticas de gestão de resíduos e circularidade de embalagens que exemplificam o compromisso da empresa com a sustentabilidade e o desenvolvimento de uma economia circular. A empresa realiza uma gestão detalhada de resíduos em suas fábricas e centros de distribuição, com foco na reciclagem, reutilização e incorporação de materiais pós-consumo. Através do Programa de Recolhimento de Embalagens, lançado em 2005, o grupo disponibiliza coletores de embalagens vazias em diversos pontos de contato com o

cliente, como lojas, centros de distribuição, espaços de revendedores e ambientes corporativos, promovendo a logística reversa e engajando consumidores em práticas sustentáveis (Grupo Boticário, 2019).

Essa iniciativa é reforçada pela implementação de tecnologias e práticas inovadoras em Pesquisa e Desenvolvimento, que buscam aumentar o uso de materiais recicláveis e renováveis nas embalagens. Projetos como o “Surlyn”, que possibilitou a reciclagem de uma resina antes considerada inviável, e o caso “Malbec Club”, que reutiliza aproximadamente 180 toneladas de vidro por ano, refletem os avanços da empresa na incorporação de resíduos reciclados no processo de fabricação. Essas iniciativas contribuem não apenas para a redução de resíduos, mas também para a preservação dos recursos naturais e a geração de valor na cadeia produtiva (Grupo Boticário, 2020; 2021).

O Grupo Boticário também desenvolve parcerias estratégicas para ampliar o impacto ambiental e social de suas iniciativas. Em colaboração com a startup *Green Mining*⁴¹, o projeto "Polos de Vidro" visa recolher até 15% do vidro utilizado nas embalagens até 2030. A coleta, centralização e separação do vidro em locais específicos possibilita sua reinserção na cadeia de produção, além de agregar valor ao material reciclado e aumentar a renda dos coletores de resíduos envolvidos. O projeto-piloto em Carapicuíba, em parceria com a prefeitura local e outras empresas, resultou na reciclagem de 57 toneladas de vidro em 2021, impactando positivamente a renda de 224 trabalhadores, ilustrando o impacto positivo da economia circular na cadeia de valor e na comunidade (Grupo Boticário, 2022).

Essas ações reforçam o papel da empresa na promoção de práticas sustentáveis e no desenvolvimento de produtos e embalagens que atendem às exigências do consumidor moderno por soluções ecológicas e socialmente responsáveis (Grupo Boticário, 2022).

Além das práticas de reciclagem e reutilização de embalagens, o Grupo Boticário tem investido fortemente em inovação para desenvolver alternativas de embalagem que minimizem o impacto ambiental e promovam uma cadeia de valor mais sustentável. A empresa, por meio de sua área de Pesquisa e Desenvolvimento, introduziu o uso de plástico verde, produzido a partir de cana-de-açúcar, como alternativa ao plástico derivado de petróleo

⁴¹ *Green Mining* é uma startup inovadora focada em desenvolver soluções tecnológicas sustentáveis para a extração e processamento de minerais, com ênfase na redução do impacto ambiental das atividades de mineração. A empresa adota práticas ecologicamente responsáveis, utilizando tecnologias limpas e processos que minimizem a degradação ambiental, como a redução do uso de produtos químicos tóxicos, a diminuição da emissão de gases de efeito estufa e a maximização da eficiência no uso de recursos naturais (Green Mining, 2024).

na linha de produtos Cuide-se Bem. Essa escolha não apenas reduz a pegada de carbono associada às embalagens, mas também se alinha com os princípios de sustentabilidade, incorporando materiais renováveis no ciclo de produção (Grupo Boticário, 2020). Em 2020, cerca de 58% das embalagens utilizadas pela empresa já continham material reciclado, e 31% dos produtos foram desenvolvidos com processos sustentáveis, como envase a frio⁴² e produção ecoeficiente, demonstrando um esforço contínuo em tornar cada fase de produção mais consciente e eficiente (Grupo Boticário, 2020).

O engajamento do Grupo Boticário com a sustentabilidade também se manifesta em programas de incentivo para consumidores, como o “Boti Recicla”⁴³ e o “Recicla quem, disse berenice?”, que oferecem descontos e brindes em troca de embalagens vazias. Essas iniciativas não apenas promovem a logística reversa, mas também contribuem para educar e conscientizar o consumidor sobre a importância da reciclagem e da economia circular. Por meio de campanhas como estas, o Grupo Boticário reforça o papel ativo do consumidor no ciclo de vida dos produtos e fomenta uma cultura de responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos (Grupo Boticário, 2021).

Além disso, o Grupo Boticário também trabalha junto aos seus fornecedores para assegurar que a sustentabilidade seja implementada em toda a cadeia de produção. Por meio de avaliações, acompanhamento contínuo e *feedbacks* construtivos, a empresa promove práticas responsáveis em 100% dos fornecedores considerados estratégicos, garantindo que cada etapa, desde a escolha dos insumos até a entrega final do produto, esteja alinhada aos padrões sustentáveis da empresa. Esse compromisso com a cadeia estendida, somado aos projetos de reciclagem e reutilização, evidencia uma abordagem abrangente que busca reduzir a geração de resíduos e maximizar o reaproveitamento de materiais, contribuindo para um modelo de negócios que equilibra inovação, responsabilidade ambiental e crescimento sustentável (Grupo Boticário, 2019; 2022).

⁴² O envase a frio é um processo de embalagem utilizado principalmente na indústria de alimentos e bebidas, que envolve a transferência de produtos para embalagens sem a aplicação de calor. Essa técnica é amplamente empregada em produtos sensíveis à temperatura, como sucos naturais, azeites e cosméticos, devido à preservação de seus nutrientes. Em um contexto de crescente demanda por alimentos e cosméticos mais naturais e sem conservantes artificiais, o envase a frio se destaca como uma alternativa eficiente para preservar os benefícios originais dos produtos (Garcia *et. al*, 2020).

⁴³ Programa criado pelo Grupo Boticário no qual “os consumidores podem levar até as lojas das marcas do Grupo Boticário embalagens usadas vazias de qualquer produto do mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, e, dessa forma, participar do processo de logística reversa dos resíduos” (Grupo Boticário, 2022, p. 37).

As iniciativas do Grupo Boticário na gestão de resíduos e circularidade de embalagens estão alinhadas com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 15 (Vida Terrestre). A promoção de uma cadeia de valor circular e o uso de materiais recicláveis e renováveis, como o plástico verde de cana-de-açúcar na linha Cuide-se Bem, ilustram o compromisso da empresa em adotar práticas que minimizem o impacto ambiental e reduzam a dependência de recursos fósseis. A utilização de 58% de materiais reciclados nas embalagens em 2020 é um avanço significativo para a meta do ODS 12, pois incentiva a reciclagem e a reutilização de materiais no ciclo produtivo, limitando a geração de resíduos e promovendo uma economia de baixo impacto ambiental (Grupo Boticário, 2020).

O ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) também é reforçado pelas parcerias estratégicas do Grupo Boticário, como a colaboração com a Green Mining no projeto "Polos de Vidro". Esse projeto exemplifica como a cooperação entre empresas, governo e organizações pode gerar resultados impactantes, ao permitir que o vidro reciclado seja reinserido na cadeia de produção, com benefícios diretos para a economia circular e a geração de renda para coletores. O fortalecimento dessas parcerias e o engajamento de consumidores e fornecedores contribuem para uma ação climática mais ampla e integrada, alinhando o crescimento econômico com práticas sustentáveis e incentivando uma abordagem inclusiva e responsável ao consumo.

A crise de resíduos plásticos é um dos principais desafios ambientais contemporâneos. Compreendendo a gravidade desse problema, o Grupo Natura &Co, conglomerado que reúne as marcas Natura, The Body Shop, Aesop e Avon, assumiu o compromisso de implementar práticas de circularidade e regeneração em suas operações. O grupo busca reduzir o impacto ambiental gerado pelo descarte de embalagens, promovendo ações estratégicas que envolvem a gestão de resíduos, a utilização de materiais recicláveis e a promoção de modelos circulares para embalagens (Natura & Co, 2022).

Desde 2019, o grupo tem mostrado uma clara progressão na adoção de práticas de sustentabilidade para garantir o reaproveitamento e a reciclagem de materiais em suas embalagens. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2019, a Natura incorporou aproximadamente 9,2 mil toneladas de material reciclado pós-consumo em suas embalagens, enquanto a Aesop incluiu PET reciclado em 70% de suas embalagens plásticas. Paralelamente, a The Body Shop lançou um programa de Comércio Justo com Comunidades

na Índia, que permitiu a inclusão de 250 toneladas de plástico reciclado em seu primeiro ano de atuação. Essas ações iniciais refletem o compromisso das empresas em aumentar o uso de materiais reciclados, promovendo uma economia circular em suas cadeias de produção e distribuição (Natura & Co, 2019).

O ano de 2020 marcou um avanço significativo no uso de plástico reciclado. Nesse período, o Grupo Natura & Co ampliou suas parcerias com plataformas como a *Plastics for Change*⁴⁴, que, por meio da The Body Shop, incorporou 325 toneladas de plástico reciclado nas embalagens da marca. Esse material é adquirido de catadores marginalizados na Índia, oferecendo-lhes condições de trabalho mais justas e preços dignos pelo material coletado. Esse programa, além de impactar positivamente o meio ambiente, também promove a inclusão social e econômica dos catadores, transformando o setor de reciclagem em uma atividade mais justa e menos volátil. No Brasil, as iniciativas foram potencializadas pelo programa “Dê a Mão para o Futuro” (DAMF), coordenado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec). O DAMF, que promove a inclusão social de cooperativas de catadores por meio de suporte técnico e financiamento, coletou mais de 121,3 mil toneladas de resíduos com a participação de mais de 4,7 mil catadores em 2020 (Natura & Co, 2020).

Esses esforços continuaram a crescer em 2021, quando o grupo anunciou que 81,2% de suas embalagens já eram reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis, com a meta de alcançar 100% até 2030. Para acelerar esse processo, o grupo criou o “*Hub de Embalagens*”, um centro de inovação e colaboração para o desenvolvimento de embalagens mais circulares e sustentáveis. Essa iniciativa permite que as quatro marcas do grupo trabalhem em conjunto para resolver desafios específicos, como o desenvolvimento de bombas e bolsas de refil flexíveis recicláveis, integrando práticas de ecodesign e colaboração na cadeia de suprimentos (Natura & Co, 2021). Em parceria com a *Ellen MacArthur Foundation*⁴⁵, o grupo também

⁴⁴ *Plastics for Change* é uma plataforma global que conecta organizações, empresas e consumidores com o objetivo de transformar a cadeia de valor do plástico, promovendo a economia circular e incentivando práticas sustentáveis no manejo de resíduos plásticos. A plataforma facilita a coleta e o reciclagem de plásticos de maneira responsável, criando oportunidades de mercado para o plástico reciclado e ajudando a combater a poluição causada pelo plástico. Por meio de uma rede de parceiros em países em desenvolvimento, *Plastic for Change* também visa melhorar as condições de trabalho e gerar uma fonte de renda mais justa para os catadores de resíduos, promovendo o desenvolvimento social e econômico (Plastics for Change, 2024).

⁴⁵ A *Ellen MacArthur Foundation* é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2010 pela britânica Ellen MacArthur, com o objetivo de promover a transição para uma economia circular global. A fundação trabalha com empresas, governos e instituições acadêmicas para acelerar a implementação de modelos econômicos que priorizam a redução de resíduos, o reaproveitamento de recursos e a sustentabilidade a longo prazo (Ellen MacArthur Foundation, 2024).

assinou o compromisso da *New Plastics Economy*, que estabelece o objetivo de tornar todas as embalagens plásticas reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2025, demonstrando o alinhamento com metas globais de sustentabilidade (Natura & Co, 2021).

Em 2022, o grupo manteve seu compromisso com a sustentabilidade ao expandir o programa “Recicle com a Natura” para mais de 650 lojas próprias e franquias “Aqui Tem Natura” no Brasil, promovendo uma maior adesão dos consumidores ao descarte responsável de embalagens. Esse programa oferece benefícios como descontos e brindes para clientes que retornam embalagens vazias, incentivando o consumo consciente e a redução de resíduos (Natura & Co, 2022). No mesmo ano, a The Body Shop reforçou sua parceria com a *Plastics for Change* na Índia, comprando 617 toneladas de resíduos plásticos de catadores e incorporando-as em suas embalagens, um exemplo concreto de economia circular e justiça social. O grupo também ampliou sua colaboração no Consórcio *EcoBeautyScore*, iniciativa que reúne grandes empresas de cosméticos para desenvolver um sistema de avaliação do impacto ambiental dos produtos, dando mais transparência para que consumidores façam escolhas informadas e sustentáveis (Natura & Co, 2022).

Ao longo dos anos, o Grupo Natura & Co demonstrou seu compromisso com a sustentabilidade, não apenas ao reduzir o uso de plástico em suas operações, mas também ao promover uma economia circular e justa para todos os envolvidos no processo. Através de iniciativas como o programa Elos, que, em 2020, recuperou 10,2 mil toneladas de material reciclado pós-consumo, o grupo mostra que é possível alinhar resultados econômicos a práticas ambientalmente responsáveis, promovendo a regeneração dos recursos e a inclusão social. Essas práticas demonstram a capacidade de adaptação e inovação do grupo para enfrentar a crise de resíduos plásticos e consolidar seu papel como líder em sustentabilidade no setor de cosméticos (Natura & Co, 2022).

Com a meta de, até 2030, tornar todas as suas embalagens 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis, o Grupo Natura & Co reforça seu compromisso com um futuro mais sustentável e circular. As iniciativas de reciclagem e logística reversa da Natura & Co estão fortemente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em particular o ODS 12 - "Consumo e Produção Responsáveis" e o ODS 13 - "Ação Contra a Mudança Global do Clima". O compromisso da empresa em utilizar embalagens feitas com até 50% de plástico reciclado e de assegurar que 100% das embalagens sejam reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2030 reflete

diretamente o ODS 12, que busca garantir padrões de consumo e produção sustentáveis (Natura & Co, 2022).

Esse alinhamento é evidenciado em programas como o Natura Elos e o Recicle com a Natura, que não apenas promovem a reciclagem de embalagens pós-consumo, mas também fomentam o desenvolvimento econômico de cooperativas e catadores, aumentando a inclusão social no Brasil e na América Latina. Dessa forma, a Natura se compromete com um modelo de produção que minimiza resíduos e reduz o impacto ambiental, promovendo uma economia circular e responsável.

Além disso, os esforços da empresa para reduzir emissões de carbono em toda a cadeia produtiva, como o uso de álcool orgânico sustentável e a aplicação de soluções regenerativas, contribuem de forma significativa para o ODS 13. A adoção de práticas de agricultura regenerativa, que ajudam a preservar a biodiversidade e a capturar carbono, apoia diretamente a luta contra a crise climática e reforça o compromisso da empresa com a mitigação de impactos ambientais. Ao incluir iniciativas de compensação de resíduos plásticos em locais sem infraestrutura de reciclagem, a Natura & Co demonstra uma abordagem proativa e abrangente, alinhando suas práticas de negócios com os objetivos globais de sustentabilidade e contribuindo para um futuro mais saudável e justo para todos.

4.4. ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIAIS

A análise das práticas sociais de diversidade e inclusão do Grupo Boticário evidencia um compromisso contínuo e aprofundado com a promoção de um ambiente corporativo mais inclusivo, representativo e equitativo. Desde 2019, a empresa vem estruturando e expandindo seus esforços por meio de ações que abarcam diferentes dimensões da diversidade: gênero, orientação sexual, idade, etnia, raça e deficiência.

Em 2019, a criação da área de Diversidade, Inclusão e Equidade marcou um passo significativo, com equipes dedicadas exclusivamente a esses temas e a implementação de indicadores para monitorar o progresso. A iniciativa “Com Você eu Jogo Melhor”, que envolveu a pausa das atividades durante jogos do torneio mundial de futebol feminino e incentivou a adesão de outras empresas, demonstra a preocupação do grupo em dar visibilidade à equidade de gênero, alinhando-se às demandas por maior representatividade em todos os espaços, inclusive esportivos (Grupo Boticário, 2019).

Nos anos subsequentes, o Grupo Boticário ampliou essas ações e estabeleceu metas quantitativas ambiciosas. No Relatório de Sustentabilidade de 2020, destacou-se o compromisso com a representatividade de grupos minorizados em cargos de liderança, estabelecendo objetivos que visam aumentar em 40% a contratação de talentos negros, alcançando representatividade de 50% entre os colaboradores e, até 2023, 25% de negros em cargos corporativos de liderança. Além disso, metas de equidade de gênero foram projetadas, com o objetivo de ter 30% de mulheres em cargos de alta liderança até 2025. A empresa integrou essas metas aos resultados de desempenho de seus executivos, reforçando o compromisso institucional com a inclusão. A comunicação externa também reflete esses valores, como na campanha de Natal de 2020, que incluiu um Papai Noel negro, promovendo a diversidade na publicidade e conscientizando o público sobre a importância da representatividade (Grupo Boticário, 2020).

Em 2021, o grupo avançou na promoção de políticas inclusivas abrangentes, como a licença parental universal de 120 dias, concedida a todos os colaboradores que se tornem mães ou pais, independentemente de orientação sexual, tipo de união ou configuração familiar. A iniciativa “Acessibilidade 360” também começou a ser implementada, com o objetivo de eliminar barreiras para colaboradores com deficiência em todas as fases, desde a seleção até a rotina de trabalho. Em 2022, a empresa intensificou suas ações de letramento e educação, com programas como a Trilha LGBTFobia, que promove a conscientização de colaboradores e consumidores sobre o respeito à diversidade LGBTQIA+. Iniciativas de recrutamento focadas na diversidade mostraram resultados expressivos, com 60% dos estagiários e 67% dos trainees vindos de grupos minorizados (Grupo Boticário, 2021).

A empresa também realiza anualmente um Censo de Diversidade, mapeando percepções internas e ajustando suas políticas para criar um ambiente mais inclusivo. Em 2022, resultados do censo inspiraram iniciativas como o programa “Indica Aí”, que incentiva a recomendação de talentos diversos para as vagas da empresa, resultando em um aumento significativo na contratação de profissionais negros. Assim, o Grupo Boticário destaca-se por uma abordagem transversal à diversidade e inclusão, com ações de impacto direto tanto nos colaboradores quanto no público, posicionando-se como referência em práticas de responsabilidade social no ambiente corporativo brasileiro (Grupo Boticário, 2022).

As ações sociais do Grupo Boticário estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, promovendo impactos positivos que

contribuem diretamente para o avanço dessas metas globais. No âmbito da diversidade e inclusão, a empresa destaca-se pelo cumprimento dos ODS 5 e 10, que visam, respectivamente, alcançar a igualdade de gênero e reduzir as desigualdades. As metas estabelecidas para aumentar a representatividade de mulheres e de profissionais negros em cargos de liderança reforçam o compromisso com a promoção de equidade de gênero e de oportunidades, atuando de forma prática para reduzir as disparidades de gênero e de raça no mercado de trabalho (Grupo Boticário, 2022).

Além disso, as iniciativas de letramento em diversidade, como a Trilha LGBTFobia, refletem o empenho do Grupo Boticário em promover a educação e a conscientização (ODS 4 – Educação de Qualidade) no combate ao preconceito e à discriminação. Programas como a licença parental universal, que abrangem todas as configurações familiares, fortalecem ainda mais o compromisso com o ODS 8, que prevê trabalho digno para todos. Ao oferecer um ambiente acessível e inclusivo, como com o programa “Acessibilidade 360”, a empresa avança na construção de um espaço de trabalho igualitário e seguro, contribuindo para que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional. Com essa atuação integrada, o Grupo Boticário assume um papel ativo na promoção dos ODS, inserindo a sustentabilidade social no centro de sua estratégia corporativa (Natura & Co, 2019).

A trajetória do Grupo Natura entre 2019 e 2022 demonstra uma evolução significativa em suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, refletindo um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de suas partes interessadas. Em 2019, a empresa não apenas destacou sua liderança em responsabilidade social, mas também estabeleceu parcerias estratégicas com comunidades locais, especialmente na Amazônia.

O projeto Re.conecta, voltado para a regeneração e conservação da biodiversidade, exemplificou esse esforço, com o objetivo de reverter a degradação ambiental e garantir a inclusão econômica das populações locais. O investimento em educação e formação de consultores e parceiros foi um dos pilares que sustentou o crescimento da empresa, evidenciado pelo arrecadamento de R\$38,7 milhões para iniciativas educacionais, reforçando a visão de que a capacitação é fundamental para o desenvolvimento humano. Além de investir significativamente em educação para parceiros e consultores, arrecadando R\$ 38,7 milhões no Brasil para projetos educacionais, a Natura também implementou um parâmetro de renda

básica, garantindo que 95% das líderes de negócio recebessem mais de R\$ 1.950 mensais, promovendo uma renda digna entre suas consultoras (Natura & Co, 2019).

Em 2020, a Natura reforçou seu compromisso com os direitos humanos, estabelecendo metas ambiciosas de inclusão, como aumentar a representação de grupos diversos em 30% e garantir que 50% das lideranças fossem compostas por mulheres até 2023. O grupo concluiu um estudo de equidade salarial, que abrangeu 35 mil colaboradores, e lançou iniciativas para garantir salários dignos para todos, avaliando a qualidade de vida de suas consultoras por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em resposta à pandemia, a Avon, parte do grupo, lançou a campanha #IsoladasSimSozinhasNão e destinou R\$489 milhões em doações para iniciativas sociais, focando no apoio a comunidades fornecedoras na Amazônia (Natura & Co, 2020).

Ainda, o ano de 2020 foi marcado por desafios globais sem precedentes devido à pandemia de COVID-19. A Natura e suas marcas, incluindo a Avon, mostraram resiliência ao adaptar suas estratégias e operações. A campanha #IsoladasSimSozinhasNão, por exemplo, visou apoiar mulheres durante o confinamento, proporcionando uma plataforma para que pudessem se conectar e compartilhar experiências. A empresa também destinou uma parte significativa de suas receitas para doações em comunidades vulneráveis, reafirmando seu compromisso social em tempos de crise (Natura & Co, 2021).

No relatório de 2021, a Natura alcançou a meta de oferecer um salário digno em 96% dos países em que opera, com um foco especial na inclusão de grupos sub-representados e na diversidade. A campanha *My Story Matters*⁴⁶, lançada pela Avon, incentivou mulheres a compartilharem suas histórias, além de promover a conscientização sobre o câncer de mama. O Instituto Natura também ampliou seus esforços para garantir educação de qualidade, beneficiando 2,3 milhões de alunos (Natura & Co, 2021).

Finalmente, em 2022, a Natura intensificou sua responsabilidade em relação aos direitos humanos, identificando riscos de violação na cadeia de suprimentos e formalizando uma declaração de direitos humanos. A empresa busca cultivar uma cultura de respeito e impacto positivo, integrando esses princípios em treinamentos e incentivando a denúncia de violações. O mapeamento de processos de governança em relação a direitos humanos, realizado em 2022, reforça o compromisso da Natura com práticas éticas e sustentáveis,

⁴⁶ Minha história importa (tradução nossa).

demonstrando que suas iniciativas vão além das expectativas do mercado, visando gerar um impacto significativo na sociedade e no meio ambiente (Natura & Co, 2022).

A trajetória do Grupo Natura entre 2019 e 2022 não apenas reflete um comprometimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, mas também alinha suas práticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O projeto Re.conecta, por exemplo, não só busca a regeneração e conservação da biodiversidade, contribuindo para o ODS 15 (Vida Terrestre), mas também se esforça para promover a inclusão econômica das comunidades locais, apoiando o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Ao investir em educação e formação, a Natura não apenas capacita seus parceiros e consultores, mas também avança em direção ao ODS 4 (Educação de Qualidade), reforçando a ideia de que a educação é um motor vital para a transformação social e econômica.

Além disso, as iniciativas da Natura em prol dos direitos humanos e da equidade salarial se alinham diretamente com o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). A meta de aumentar a representação de grupos diversos e garantir que 50% das lideranças sejam compostas por mulheres demonstra um esforço claro para criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, refletindo a determinação da empresa em combater as desigualdades de gênero.

A campanha #IsoladasSimSozinhasNão, lançada durante a pandemia, é um exemplo notável de como a Natura utilizou suas plataformas para apoiar e conectar mulheres em tempos de crise, exemplificando a interseção entre as práticas sociais e os ODS, promovendo uma sociedade mais coesa e solidária. A implementação dessas ações evidencia que o compromisso da Natura com a sustentabilidade vai além do desempenho financeiro, focando em um impacto positivo que reverbera em toda a sociedade e no meio ambiente, alinhando-se a uma agenda global de transformação.

4.5. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança do Grupo Boticário reflete uma estrutura organizacional, que integra princípios de transparência, responsabilidade social e ambiental em suas decisões estratégicas. A sustentabilidade é um eixo transversal presente em todas as áreas da empresa, orientando o

desenvolvimento de produtos, as relações com fornecedores e as práticas de compliance⁴⁷. A estrutura de governança do grupo é composta por um Conselho Consultivo, responsável pela orientação e supervisão da gestão, garantindo que as atividades estejam alinhadas ao propósito da empresa e aos princípios estabelecidos no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (Grupo Boticário, 2020). A composição do Conselho reflete a diversidade e independência da governança, com uma significativa presença de conselheiros independentes, incluindo mulheres em posições de liderança, um avanço importante em relação às práticas de diversidade e inclusão (Grupo Boticário, 2020).

A criação do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade em 2019 reforçou o compromisso do Grupo com os temas ambientais, sociais e de governança (ESG), assegurando que esses aspectos sejam integrados de forma transversal ao modelo de negócios. Esse comitê, composto por membros executivos, incluindo o CEO e o vice-presidente de Pessoas, monitora e define metas sustentáveis para o grupo, garantindo a consistência das práticas ambientais e sociais em toda a operação. O desempenho em ESG, inclusive, está diretamente ligado ao cálculo da remuneração variável da liderança, com metas específicas em sustentabilidade e inclusão, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o impacto positivo e a transparência (Grupo Boticário, 2021).

Outro aspecto relevante da governança no Grupo Boticário é seu engajamento em iniciativas de governança pública e privada, que exemplifica sua liderança no setor e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Em 2021, o Grupo Boticário, em colaboração com o Governo do Paraná, liderou a criação de um comitê público-privado inédito no Brasil para tratar de temas ambientais, sociais e de governança. Esse comitê reúne representantes governamentais e de empresas privadas para debater políticas de sustentabilidade, abordando temas como crise hídrica, energias renováveis, créditos de carbono e empregabilidade de grupos minoritários. A participação ativa do grupo em projetos que transcendem o âmbito corporativo reflete uma visão de governança que entende a

⁴⁷ *Compliance* refere-se ao conjunto de práticas e políticas internas adotadas por organizações para assegurar que suas operações e condutas estejam em conformidade com leis, regulamentos e normas éticas aplicáveis. O termo deriva do inglês *to comply*, que significa "estar em conformidade" ou "aderir a regras". No ambiente corporativo, o *compliance* abrange desde o cumprimento de regulamentações específicas de setores até a implementação de programas de ética, transparência e integridade. Essas práticas incluem mecanismos de controle, auditorias internas, treinamentos para funcionários, políticas contra corrupção e monitoramento de riscos, visando minimizar potenciais infrações e preservar a reputação da empresa (Andrade; Rossetti, 2022).

sustentabilidade como um esforço coletivo e coordenado, capaz de gerar benefícios para toda a sociedade (Grupo Boticário, 2021).

O compromisso com o compliance e a ética corporativa também se destaca no Grupo Boticário. Todos os colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios devem cumprir rigorosamente o Código de Conduta, que aborda temas como direitos humanos, prevenção ao trabalho forçado e infantil, e combate à corrupção. O grupo implementa treinamentos periódicos para assegurar o entendimento e adesão a esses valores, e mantém uma Ouvidoria gerida por uma consultoria externa, que opera 24 horas para o recebimento de denúncias e assegura o sigilo das informações e imparcialidade no tratamento de casos (Grupo Boticário, 2020). A área de Gestão de Riscos Corporativos desempenha um papel central ao identificar, avaliar e mitigar riscos estratégicos, operacionais e emergentes, que incluem desde questões climáticas até segurança cibernética e risco hídrico, seguindo uma matriz de riscos atualizada periodicamente para garantir a resiliência organizacional (Grupo Boticário, 2022).

Adicionalmente, o Grupo Boticário tem implementado políticas rigorosas de proteção de dados e segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A empresa adota uma abordagem *by design*⁴⁸, com ações proativas para mitigar riscos e prevenir incidentes de privacidade. Todos os colaboradores e parceiros recebem treinamentos periódicos sobre privacidade de dados e segurança cibernética, fortalecendo a governança digital e a proteção dos dados pessoais dos consumidores e parceiros. Em 2022, a empresa aprimorou o Portal de Privacidade para facilitar o descadastramento e reforçou seus mecanismos antifraude, evidenciando a relevância atribuída à conformidade legal e à transparência (Grupo Boticário, 2022).

Essas práticas de governança no Grupo Boticário evidenciam uma abordagem ampla e estratégica, que não apenas cumpre com os padrões legais e regulatórios, mas também promove uma cultura de responsabilidade e transparência que permeia todas as operações. Ao integrar aspectos ambientais, sociais e de governança em seus processos de decisão e

⁴⁸ A abordagem *by design* adotada pelo Grupo Boticário refere-se a uma metodologia de desenvolvimento de produtos e processos pautada na antecipação de sustentabilidade, inovação e eficiência desde a concepção inicial dos produtos. Com base em princípios de *eco-design* e economia circular, essa abordagem visa minimizar o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos, desde a seleção de ingredientes e embalagens até a fase de descarte. O Grupo Boticário utiliza essa metodologia para criar cosméticos que atendam aos padrões ambientais e sociais, incorporando critérios de sustentabilidade em cada etapa de desenvolvimento. A empresa aplica o conceito *by design* não apenas na formulação, mas também nas práticas de produção e logística, reduzindo o uso de recursos naturais, evitando desperdícios e incentivando o reaproveitamento de materiais (Grupo Boticário, 2022).

estabelecer uma governança ética e inclusiva, o Grupo Boticário contribui para um modelo de negócios sustentável e alinhado aos desafios contemporâneos do setor (Grupo Boticário, 2022).

As práticas de governança do Grupo Boticário estão em estreita sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, particularmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e o ODS 5 (Igualdade de Gênero). O compromisso com uma estrutura de governança transparente, ética e responsável é essencial para fortalecer a confiança entre stakeholders e assegurar que as operações e decisões estejam em conformidade com os princípios de integridade e justiça. A implementação de uma Ouvidoria externa, que garante confidencialidade e imparcialidade na resolução de denúncias, reforça o papel do grupo na promoção de instituições eficazes e justas, que prezam pela ética corporativa e pela prestação de contas. Essa prática não só assegura a conformidade com os padrões de governança, mas também impulsiona uma cultura organizacional que respeita os direitos humanos e a responsabilidade social, aspectos centrais do ODS 16 (Grupo Boticário, 2022).

O foco do Grupo Boticário em diversidade e inclusão em sua governança também está alinhado ao ODS 5, que promove a igualdade de gênero. A presença significativa de mulheres em cargos de liderança e a meta de ampliar a representatividade de pessoas negras em posições estratégicas são ações que integram o compromisso do grupo com a igualdade e a inclusão. Ao incluir a diversidade como uma meta de governança vinculada à remuneração variável dos líderes, a empresa não apenas promove a equidade de gênero e raça, mas também fortalece uma cultura que valoriza a inclusão e representa diferentes perspectivas. Esse compromisso com a diversidade reflete uma visão estratégica que contribui para o fortalecimento do ambiente corporativo e para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada aos princípios dos ODS (Grupo Boticário, 2021).

A governança corporativa da Natura & Co passou por significativas transformações entre 2019 e 2021, impulsionadas especialmente pela aquisição da Avon e pela subsequente criação da holding Natura & Co, que centraliza o controle das marcas Avon, Natura Cosméticos, Aesop e The Body Shop. Essa nova estrutura de governança, que conta com uma maior diversidade e representatividade no Conselho de Administração, reflete o esforço do grupo em expandir seu impacto global e integrar uma visão estratégica unificada, que alavanca sinergias em pesquisa, desenvolvimento e sustentabilidade. A formação da holding

permitiu um reposicionamento do grupo como uma das maiores organizações de beleza global, integrando múltiplas marcas e canais com um portfólio que abrange diferentes faixas de mercado e gerações, resultando em um modelo multicanal e adaptado para um contexto pós-Covid, em que a digitalização e a venda direta se tornaram ferramentas estratégicas essenciais (Natura & Co, 2019).

Além das aquisições e do crescimento de mercado, a governança da Natura & Co é orientada por um forte compromisso com práticas de transparência, equidade e responsabilidade corporativa, pilares que fundamentam o Código Brasileiro de Governança Corporativa⁴⁹ e o Novo Mercado da Bolsa de Valores Brasileira⁵⁰, dos quais o grupo é aderente desde 2004. Em 2021, essas diretrizes foram reforçadas com a criação de um novo site de Relações com Investidores, um recurso para aprimorar a comunicação e a transparência com acionistas e analistas de mercado, promovendo maior visibilidade para as práticas de sustentabilidade do grupo. O Conselho de Administração da holding é composto por 13 membros, dos quais 69,23% são independentes, proporcionando uma governança sólida e imparcial. Entre os conselheiros, estão especialistas em áreas estratégicas, como digitalização e expansão de mercado, bem como os três co-fundadores da Natura, que preservam o legado e os valores fundamentais do grupo (Natura & Co, 2021).

A estrutura de governança também é apoiada por um sistema de comitês especializados, que desempenham papel estratégico na tomada de decisões e na condução dos negócios. Entre eles, destacam-se os comitês de Estratégia, Pessoas, Governança e Auditoria, com atividades voltadas para a avaliação de riscos, compliance e segurança cibernética, além do acompanhamento do planejamento estratégico e dos objetivos da ESG. Em resposta ao crescente compromisso com práticas sustentáveis e inclusivas, a Natura & Co também criou o

⁴⁹ O *Código Brasileiro de Governança Corporativa* é um conjunto de diretrizes elaborado para orientar as melhores práticas de governança corporativa em empresas no Brasil, com o objetivo de promover transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em 2016, o código apresenta recomendações para que empresas estabeleçam uma governança robusta, visando melhorar sua performance e aumentar a confiança de investidores e stakeholders. O código abrange aspectos como composição e funcionamento do conselho de administração, estrutura de comitês, mecanismos de controle e fiscalização, além de políticas de gestão de riscos e ética corporativa. A adoção voluntária dessas práticas fortalece a governança nas organizações e busca alinhá-las aos padrões internacionais, contribuindo para um ambiente de negócios mais ético e sustentável (Andrade; Rossetti, 2022).

⁵⁰ O *Novo Mercado* da Bolsa de Valores Brasileira (B3) é um segmento especial de listagem destinado a empresas que adotam altos padrões de governança corporativa, instituído pela B3 (antiga BM & FBOVSPA) no ano 2000. Esse segmento visa atrair investidores oferecendo maior transparência e segurança, uma vez que as empresas listadas no Novo Mercado assumem compromissos voluntários além das exigências legais, incluindo práticas de governança como a emissão exclusiva de ações ordinárias com direito a voto, divulgação ampla de informações financeiras e adesão a arbitragem para resolução de conflitos societários (Andrade; Rossetti, 2022).

Comitê de Governança e o Comitê de Crescimento Sustentável, que alinham as práticas ambientais e sociais ao modelo de negócios e às expectativas dos stakeholders. A integração dos conselheiros em reuniões frequentes, incluindo a autoavaliação anual de desempenho dos comitês, reforça o comprometimento do grupo com a excelência e a transparência em suas operações (Natura & Co, 2020).

A governança da Natura & Co, no entanto, vai além dos aspectos tradicionais e incorpora uma abordagem inovadora de inteligência coletiva, que permite que suas diferentes marcas operem de forma colaborativa e flexível. Por meio de Hubs de Grupo, Redes de Excelência (NEx) e Comunidades Virtuais, a organização fomenta uma cultura de inovação aberta, onde equipes de todas as unidades de negócios compartilham conhecimento e melhores práticas. Esta estrutura de redes permite que temas estratégicos, como inovação em sustentabilidade e transformação digital, sejam tratados de maneira integrada e colaborativa, potencializando as competências e experiências de cada marca. Além disso, a abordagem de inteligência coletiva promove uma governança adaptável e ágil, fundamental para responder às demandas de um mercado globalizado e em constante transformação (Natura & Co, 2021).

A estrutura de remuneração dos executivos de Natura & Co é outra importante área de governança, alinhada aos valores de “pessoas, planeta e lucro” que orientam as atividades do grupo. A estratégia de remuneração combina componentes fixos e variáveis, sendo a parte variável dependente do desempenho em métricas específicas de sustentabilidade e ESG, além de metas financeiras. Essa estratégia garante que as ações dos executivos estejam diretamente alinhadas com o propósito e os compromissos de sustentabilidade da Natura & Co, criando incentivos que reforçam a responsabilidade social e ambiental no nível mais alto de liderança (Natura & Co, 2021).

Em 2022, a Natura & Co deu continuidade ao seu compromisso com elevados padrões de governança corporativa, reforçando uma estrutura alinhada às melhores práticas globais e locais. As ações da empresa são negociadas no Novo Mercado da B3, que exige o mais alto nível de governança corporativa no Brasil, e, simultaneamente, sob as regulamentações dos Estados Unidos, na Bolsa de Valores de Nova York. Essa dualidade, que reflete o caráter global da holding, exige uma conformidade rigorosa às diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), cuja adesão passou de 43% em 2018 para 92% em 2022. Esse aumento expressivo na conformidade com o Código Brasileiro de Governança Corporativa demonstra o compromisso da empresa em elevar continuamente os padrões de

transparência, prestação de contas e responsabilidade, especialmente em um cenário de transformação organizacional após a aquisição da Avon (Natura & Co, 2022).

A estrutura de governança da Natura & Co também se destaca pela composição e independência do Conselho de Administração. Composto por 13 membros, dos quais 61,53% são independentes, o Conselho tem o papel de supervisionar e orientar as atividades das unidades de negócio do grupo. Em 2022, a governança da empresa avançou ainda mais com a separação dos cargos de CEO e presidente do Conselho de Administração, fortalecendo a autonomia e imparcialidade da liderança. Em consonância com as melhores práticas recomendadas pelo IBGC, o Conselho de Administração também aprovou um plano de sucessão para o cargo de CEO e passou a realizar reuniões exclusivas para membros externos, garantindo maior objetividade nas deliberações estratégicas. A presença de mulheres e a rotatividade de membros garantem uma diversidade de perspectivas no processo decisório, alinhando-se ao compromisso da empresa com uma governança inclusiva e equitativa (Natura & Co, 2022).

Além disso, a estrutura organizacional da Natura & Co conta com cinco comitês que atuam em temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa: o Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças, o Comitê de Estratégia, o Comitê de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional, o Comitê de Governança Corporativa e o Comitê de Sustentabilidade, criado em 2022. Este último foi estabelecido para apoiar o Conselho na integração de aspectos ambientais e sociais na estratégia e nas operações do grupo, alinhado ao “Compromisso com a Vida”, visão de sustentabilidade da Natura & Co. Esse comprometimento é apoiado por uma análise detalhada de materialidade, que identifica os temas ESG mais relevantes para o grupo, bem como orienta a agenda estratégica e a tomada de decisões relacionadas ao impacto socioambiental (Natura & Co, 2022).

A governança da Natura & Co também destaca uma sólida gestão de riscos, essencial para a preservação da reputação e estabilidade da empresa no mercado. Todos os colaboradores da holding são orientados a identificar e monitorar os riscos inerentes a suas áreas de atuação, respeitando a Política de Gestão de Riscos Empresariais, o que assegura que o processo seja eficiente e mitigado em todos os níveis da organização. Além disso, comitês específicos, como o de Segurança Cibernética e o de Auditoria Interna, fortalecem o controle sobre riscos emergentes e asseguram que a empresa esteja preparada para responder a desafios tecnológicos e de compliance, preservando a confiança dos stakeholders (Natura & Co, 2022).

A Natura & Co também adota uma política de remuneração que incentiva o desempenho orientado por propósitos, com base em métricas ESG e objetivos vinculados à sustentabilidade. A partir de 2021, a administração passou a ser remunerada pelo cumprimento de metas relacionadas ao “Compromisso com a Vida” e aos títulos de sustentabilidade emitidos, no valor de US\$1 bilhão. A política de remuneração, que inclui incentivos de curto e longo prazos, visa alinhar o desempenho dos executivos aos valores e à missão da empresa, promovendo uma governança que não apenas busca o crescimento financeiro, mas que também prioriza o impacto positivo e a responsabilidade corporativa. Dessa forma, a Natura & Co estabelece uma governança inovadora, integrada e orientada para a criação de valor compartilhado, promovendo um desenvolvimento sustentável e equilibrado entre a expansão corporativa e o compromisso socioambiental (Natura & Co, 2022).

A estrutura de governança da Natura & Co está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, refletindo o compromisso da empresa com a promoção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável. A governança corporativa da empresa, que inclui transparência, diversidade, integridade e responsabilidade corporativa, conecta-se diretamente com o ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas para todos, garantindo transparência e responsabilidade. A Natura & Co adota práticas robustas de compliance e gestão de riscos, que reforçam a segurança, a ética e o respeito à privacidade e aos direitos dos stakeholders, contribuindo para a criação de uma estrutura de governança responsável e resiliente (Natura & Co, 2022).

Além disso, o compromisso da Natura & Co com práticas de sustentabilidade e inclusão, representado pelo seu Comitê de Sustentabilidade, ressoa com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). As políticas de remuneração que vinculam incentivos ao alcance de metas de ESG e de sustentabilidade asseguram que todos os níveis da organização estejam comprometidos com a criação de valor para as gerações futuras. A implementação de Hubs de Grupo e Redes de Excelência permite um fluxo de inovações e melhores práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável, com foco no equilíbrio entre os interesses financeiros, sociais e ambientais. Dessa forma, a governança da Natura & Co não só promove uma liderança corporativa responsável, mas também consolida seu papel como agente de transformação em alinhamento com os ODS (Natura & Co, 2022).

4.6 RELAÇÃO DAS PRÁTICAS ESG DAS EMPRESAS E OS ODS

A seguir, apresenta-se um quadro que ilustra as práticas ambientais, sociais e de governança do Grupo Boticário que foram analisadas neste capítulo. As ações do grupo englobam uma abordagem abrangente de sustentabilidade, desde a gestão de recursos naturais e emissões de gases de efeito estufa até práticas inclusivas e transparentes de governança. Ao integrar os ODS em sua estratégia corporativa, o Grupo Boticário busca não apenas reduzir o impacto ambiental de suas operações, mas também promover um ambiente de trabalho inclusivo e responsável, além de fortalecer parcerias que fomentam a economia circular e a inovação sustentável (Grupo Boticário, 2022).

O quadro (Quadro 1) a seguir organiza essas iniciativas e destaca os ODS correspondentes, demonstrando o compromisso do grupo com o desenvolvimento sustentável:

QUADRO 1 – Relação ESG e ODS do Grupo Boticário

Ações de Práticas Ambientais, Sociais e de Governança	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Gestão e reutilização de água, incluindo tratamento e reúso através da Estação de Tratamento de Água de Reúso (ETAR)	ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Metas anuais de redução do consumo de água e uso de tecnologias de limpeza térmica, captação de água da chuva e uso de água reciclada	ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), transição para energia renovável e operação com energia de fontes renováveis	ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
Plano de Descarbonização e uso de veículos elétricos para distribuição de produtos	ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
Parceria com Green Mining para o projeto “Polos de Vidro”, promovendo a reciclagem de vidro e economia circular	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação)

Uso de plástico verde e 58% de materiais reciclados em embalagens	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 15 (Vida Terrestre)
Promoção de equidade de gênero e aumento de representatividade de mulheres e pessoas negras em cargos de liderança	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades)
Programas de letramento em diversidade (ex: Trilha LGBTQI+ e licença parental universal)	ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Programa “Acessibilidade 360” para inclusão de pessoas com deficiência	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Estrutura de governança com Ouvidoria externa para assegurar ética e responsabilidade corporativa	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Governança voltada para diversidade e inclusão, com metas de diversidade vinculadas à remuneração variável dos líderes	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Grupo Boticário (2019; 2020; 2021; 2022).

Da mesma forma, a seguir será apresentada uma tabela que ilustra as práticas ambientais, sociais e de governança do Grupo Natura já analisadas previamente neste capítulo. O quadro (Quadro 2) abaixo organiza as ações da Natura & Co e as relaciona com os ODS que as correspondem:

QUADRO 2 - Relação ESG e ODS do Grupo Natura

Ações de Práticas Ambientais, Sociais e de Governança	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Meta de emissões líquidas zero até 2030	ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
Uso de energia renovável e compensação de carbono	ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)

Implementação de tecnologias de baixa emissão	ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
Preservação da Amazônia	ODS 15 (Vida Terrestre)
Fortalecimento de comunidades locais	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Programa Natura Amazônia	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 15 (Vida Terrestre)
Compromisso com o Protocolo de Nagoya	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Embalagens 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2030	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Programas de reciclagem e logística reversa	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Redução de emissões de carbono em toda a cadeia produtiva	ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
Programa Re.conecta: regeneração e conservação da biodiversidade	ODS 15 (Vida Terrestre), ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
Investimento em educação e formação para parceiros	ODS 4 (Educação de Qualidade)
Promoção da igualdade de gênero e equidade salarial	ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades)
Campanha #IsoladasSimSozinhasNão	ODS 5 (Igualdade de Gênero)

Governança corporativa transparente e inclusiva	ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Políticas de remuneração vinculadas a metas de ESG	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Natura & Co (2019; 2020; 2021; 2022).

Em suma, a análise das práticas ambientais, sociais e de governança da Natura e do Boticário, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), revelam um compromisso abrangente com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Através de ações que promovem a redução de emissões, o consumo responsável, a inclusão social e a preservação da biodiversidade, ambos grupos demonstram uma visão de negócios que vai além do lucro e se compromete com impactos positivos no meio ambiente e na sociedade. Essas práticas exemplificam a implementação concreta dos ODS em sua operação e evidenciam o papel da empresa como agente de transformação em busca de um futuro mais sustentável e justo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar de uma forma aprofundada sobre o papel do desenvolvimento sustentável e dos critérios ESG (Environmental, Social, and Governance) na construção de um futuro mais equilibrado, ressalta-se a importância desses elementos na promoção de práticas empresariais alinhadas com objetivos globais. No cenário internacional, a sustentabilidade ganhou destaque ao longo de conferências como a de Estocolmo (1972) e a Rio-92, eventos que consolidaram a ideia de que o desenvolvimento econômico precisa estar vinculado ao respeito pelo meio ambiente e à equidade social. Esse movimento abriu espaço para que governos e empresas adotassem compromissos mais concretos em relação à sustentabilidade (Sachs, 2012; United Nations, 2015).

A relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é abordada no contexto da interdependência entre os setores público e privado na busca por soluções para problemas ambientais, sociais e econômicos. Esses objetivos representam uma evolução em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com uma proposta de ação conjunta mais ampla, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre governos, sociedade civil e setor privado. Assim, os ODS refletem um compromisso global com a sustentabilidade e estabelecem um caminho para que organizações de diferentes setores alinhem suas estratégias com metas que beneficiem tanto a sociedade quanto o meio ambiente (Elkington, 1997).

Paralelamente aos ODS, os critérios ESG surgiram como ferramentas estratégicas que orientam as empresas na incorporação de práticas sustentáveis, promovendo uma governança mais responsável e transparente. A adoção dos critérios ESG dentro das organizações visa assegurar que as práticas corporativas levem em conta fatores ambientais, como a redução de emissões e o uso responsável de recursos naturais; fatores sociais, como o respeito aos direitos humanos e à diversidade; e aspectos de governança, que envolvem transparência e ética nos processos decisórios. Esses princípios alinham a condução dos negócios com as expectativas sociais e ambientais da sociedade atual, contribuindo para uma imagem mais positiva e um impacto corporativo mais ético (Eccles; Ioannou; Serafeim, 2014).

Dessa forma, o alinhamento dos ODS com os critérios ESG fortalece a conexão entre a visão global de sustentabilidade e as práticas corporativas, promovendo uma abordagem holística que incentiva o desenvolvimento responsável. Quando as empresas aderem aos princípios ESG em sintonia com os ODS, não apenas buscam o lucro, mas também

contribuem para questões urgentes como a igualdade social, o combate às mudanças climáticas e a preservação dos ecossistemas. A sinergia entre esses elementos proporciona uma base sólida para que as organizações avancem de maneira sustentável, enquanto promovem valor social e ambiental ao longo de suas cadeias de produção e consumo (Friede, Busch e Bassen, 2015).

Essa análise destaca como a integração dos critérios ESG e dos ODS gera não apenas vantagens competitivas, mas também um compromisso genuíno com as transformações necessárias para um desenvolvimento global sustentável. Assim, o setor privado assume um papel central na criação de um modelo de negócios resiliente e socialmente responsável, contribuindo para um cenário de maior sustentabilidade e bem-estar global. Entretanto, com raízes no liberalismo clássico e promovendo a liberdade de mercado e a desregulamentação, o neoliberalismo trouxe inovações econômicas que estimularam o crescimento, mas falhou em internalizar os custos ambientais e sociais de suas práticas (Harvey, 2005; Stiglitz, 2019). Sob essa perspectiva, sua lógica de maximização de lucros contribuiu para a intensificação da exploração de recursos naturais e para a desigualdade social, perpetuando desafios que vão além do crescimento econômico, afetando o meio ambiente e exacerbando as disparidades socioeconômicas (Klein, 2007; Jackson, 2011).

Como resposta a essas limitações, surgiu o conceito de economia verde, propondo uma reestruturação dos modelos econômicos para garantir o desenvolvimento sustentável. A economia verde ganhou força especialmente após a crise financeira de 2008, evidenciando a necessidade de modelos mais resilientes e responsáveis. Organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), impulsionaram essa abordagem ao demonstrar que o crescimento econômico sustentável poderia ser alcançado por meio de investimentos em setores verdes, como energias renováveis e tecnologias limpas (UNEP, 2011; Barbier, 2012).

A relação entre a economia verde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reflete o compromisso global com um desenvolvimento que respeite os limites planetários. Com foco em promover consumo e produção responsáveis, energia sustentável e a conservação ambiental, a economia verde converte-se em um mecanismo facilitador do cumprimento dos ODS, ajudando a reduzir os impactos ambientais e promovendo a inclusão social (United Nations, 2015). Esse modelo orienta-se pela necessidade de harmonizar as

demandas econômicas e ambientais, proporcionando um crescimento que favoreça tanto a sociedade quanto o planeta.

Além disso, a economia verde incorpora as práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG), que fornecem diretrizes para que as empresas integrem a sustentabilidade em suas operações, refletindo a crescente pressão de investidores e consumidores por práticas responsáveis. Ao alinhar as práticas ESG com os ODS e os princípios da economia verde, as empresas são incentivadas a adotar uma abordagem mais holística e sustentável, que considera o bem-estar social, a proteção ambiental e a transparência governamental como parte de seu modelo de negócio (Eccles, Ioannou e Serafeim, 2014; Khan, Serafeim e Yoon, 2016).

Esse novo paradigma econômico tem o potencial de oferecer uma resposta sustentável aos desafios globais, mas sua implementação requer a superação de obstáculos significativos, incluindo o apoio governamental, a regulamentação rigorosa e uma transição justa para as economias emergentes. Somente com o envolvimento coordenado de governos, empresas e sociedade civil será possível que a economia verde se consolide como um modelo viável e inclusivo para o desenvolvimento sustentável no longo prazo (Bina, 2013; Jackson, 2011).

A análise dos relatórios de sustentabilidade do Grupo Boticário e da Natura, entre 2019 e 2022, valida a hipótese deste trabalho de que ambas as empresas demonstram um compromisso substancial com as práticas ESG, alinhadas aos ODS da ONU. As iniciativas descritas ao longo dos capítulos confirmam que as empresas não apenas adotam os critérios de sustentabilidade de maneira estratégica, mas também promovem um modelo de negócios que integra esses valores em todas as suas operações. As práticas de governança, tanto do Grupo Boticário quanto da Natura, refletem políticas consistentes de transparência e ética, com estruturas robustas de compliance e gestão de riscos que asseguram uma integração transversal dos critérios ESG e dos ODS em suas decisões corporativas.

No campo ambiental, as empresas destacam-se pela adoção de práticas significativas de mitigação de impacto, como a neutralidade de carbono, a implementação de projetos de economia circular e o desenvolvimento de produtos com embalagens recicláveis e sustentáveis. A Natura, por exemplo, reforça sua atuação na conservação da Amazônia e na redução das emissões de carbono, alinhando suas práticas às metas globais de combate à mudança climática (ODS 13). Já o Grupo Boticário adota estratégias de logística reversa e reforça seu compromisso com a redução do desperdício e a eficiência energética, promovendo

inovações que evidenciam sua dedicação ao ODS 12, que visa garantir padrões de consumo e produção sustentáveis.

Socialmente, o compromisso das empresas com os ODS se manifesta por meio de ações voltadas à inclusão, diversidade e apoio a comunidades locais. A Natura, ao valorizar as comunidades amazônicas por meio de práticas de comércio justo e conservação da biodiversidade, alinha-se ao ODS 8, que incentiva o crescimento econômico inclusivo e sustentável, e ao ODS 15, que se volta para a proteção dos ecossistemas terrestres. O Grupo Boticário, por sua vez, incorpora políticas de equidade de gênero e inclusão racial em seus processos, além de promover programas de capacitação e desenvolvimento para grupos minoritários, respondendo assim às metas do ODS 10, que visa reduzir as desigualdades.

As práticas de governança de ambas as empresas confirmam uma aderência robusta aos critérios ESG, com conselhos administrativos que mantêm a responsabilidade e a transparência como valores fundamentais. A governança do Grupo Boticário e da Natura é pautada em estruturas organizacionais que promovem a ética e a *accountability*, possibilitando que as práticas sustentáveis sejam monitoradas e aperfeiçoadas de forma contínua. A presença de comitês específicos para ESG e a integração da sustentabilidade nas estratégias de negócios fortalecem a governança e asseguram que as empresas estejam alinhadas às diretrizes do Novo Mercado e às recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), reforçando seu compromisso com os ODS 16 e 17, que se referem à promoção da paz, justiça e instituições eficazes, e à revitalização de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, as iniciativas do Grupo Boticário e da Natura demonstram que a integração dos ODS e dos critérios ESG contribui para uma transformação estrutural em direção à economia verde, que busca harmonizar o crescimento econômico com a proteção ambiental e o bem-estar social. Essa abordagem contrasta com o modelo neoliberal tradicional, que frequentemente prioriza o lucro a curto prazo e desconsidera os impactos socioambientais das atividades empresariais. Em oposição a essa lógica, O Boticário e Natura assumem a responsabilidade de alinhar seu crescimento corporativo a práticas sustentáveis e inclusivas, reforçando o compromisso com o meio ambiente e as gerações futuras. Ao reorientar o foco empresarial para um modelo de negócios que valoriza o longo prazo e o impacto positivo, as empresas consolidam uma ética de governança que transcende o mero desempenho financeiro.

Dessa forma, a pesquisa confirma que a implementação dos ODS e dos critérios ESG em suas operações impulsiona práticas que conciliam prosperidade econômica e responsabilidade socioambiental, abrindo caminho para uma nova visão empresarial, que entende que o verdadeiro valor está em um futuro em que o desenvolvimento e a preservação da vida caminham juntos.

REFERÊNCIAS

ALLEN, C.; METTERNICHT, G.; WIEDMANN, T. **Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs):** a review of evidence from countries. *Sustainability Science*, v. 13, n. 5, p. 1453-1467, 2018.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, C. **Compliance e Governança Corporativa no Brasil.** São Paulo: Editora Atlas, 2022.

BARBIER, E. B. **The green economy post Rio+20.** *Science*, v. 338, n. 6109, p. 887-888, 2012.

BENN, S.; EDWARDS, M.; WILLIAMS, T. **Organizational Change for Corporate Sustainability.** Routledge, 2014. Disponível em:
<<https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315819181/organizational-change-corporate-sustainability-melissa-edwards-tim-williams-suzanne-benn>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BINA, O. **The green economy and sustainable development: An uneasy balance?** *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 31, n. 6, p. 1023-1047, 2013.

BINNEMANS, K., et al. **Recycling of rare earths:** a critical review. *Journal of Cleaner Production*, v. 1, n. 51, p. 1-22, 2013.

BRUNDTLAND COMMISSION. **Our Common Future.** Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em:
<<https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARBON TRUST. **Our history.** Carbon Trust, 2024. Disponível em:
<<https://www.carbontrust.com/who-we-are/our-history>>. Acesso em: 16 out. 2024.

CARROLL, A. B. **Corporate social responsibility:** The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, v. 44, n. 2, p. 87-96, 2015.

_____. **The pyramid of corporate social responsibility:** Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/000768139190005G>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CARSON, R. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962. Disponível em: <https://library.uniteddiversity.coop/More_Books_and_Reports/Silent_Spring-Rachel_Carson_1962.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CDP. **What We Do**. The Carbon Disclosure Project, 2023. Disponível em: <<https://www.cdp.net/en/info/about-us/what-we-do>>. Acesso em: 14 out. 2024.

CLARK, G. L.; FEINER, A.; VIEHS, M. **From the Stockholder to the Stakeholder:** How Sustainability Can Drive Financial Outperformance. University of Oxford and Arabesque Partners, 2015. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2508281>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Diretiva do parlamento europeu e do conselho relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937**, 2022. Disponível em: <<https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52022PC0071>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DELMAS, M. A.; BURBANO, V. C. **Market Share and Reputation:** The Role of Environmental Claims. *Management Science*, v. 57, n. 3, p. 659-675, 2011.

DESJARDINE, M. R.; BANSAL, P.; YANG, Y. **Bouncing back:** Building resilience through social and environmental practices in the context of the 2008 global financial crisis. *Journal of Management*, v. 45, n. 4, p. 1434-1460, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0149206317708854>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DHL. **About DHL Supply Chain**. DHL Supply Chain, 2024. Disponível em: <<https://www.dhl.com/br-en/home/supply-chain/about-us.html>>. Acesso em: 15 out. 2024.

ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. **The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance.** Management Science, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014.

ELALFY, A.; PALASCHUK, N.; EL-BASSIOUNY, D. **Scoping the evolution of corporate social responsibility (CSR) research in the sustainable development goals (SDGs) era.** Sustainable Development, v. 28, n. 4, p. 1021-1039, 2020. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/12/14/5544>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **It's time for a circular economy.** Ellen MacArthur Foundation, 2024. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/>>. Acesso em: 19 out. 2024.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business.** Oxford: Capstone Publishing, 1997. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5578099/mod_resource/content/1/Elkington_Triple_Bottom_Line.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach.** Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/strategic-management/E3CC2E2CE01497062D7603B7A8B9337F>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. **ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies.** Journal of Sustainable Finance & Investment, v. 5, n. 4, p. 210-233, 2015. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2699610>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom.** Chicago: University of Chicago Press, 1962.

GARCIA, T.; ALMEIDA, J.; SOUZA, P. **Cold Filling in the Beverage Industry: Advances and Challenges.** Journal of Food Science and Technology, v. 43, n. 1, p. 58-70, 2010.

GERRING, J. **What is a case study and what is it good for?** The American Political Science Review, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4145316>>. Acesso em: 11 set. 2024.

GIESE, G. L.; LEE, L. E.; MELAS, D.; NAGY, Z.; NISHIKAWA, L. **Foundations of ESG investing**: How ESG affects equity valuation, risk, and performance. *The Journal of Portfolio Management*, v. 45, n. 5, p. 69-83, 2019. Disponível em:

<<https://www.evidenceinvestor.com/evidence/foundations-of-esg-investing-how-esg-affects-equity-valuation-risk-and-performance/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **GRI Standards**. Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE (GSIA). **Global Sustainable Investment Review**, 2020. Disponível em: <<http://www.gsi-alliance.org>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRUPO BOTICÁRIO. **ESG: Nossa maneira de agir sustentável**, 2024. Disponível em:

<<https://www.grupoboticario.com.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2019**. 2019. Disponível em:

<<https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-Sustentabilidade-2019-1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Relatório de impacto 2020**. 2020. Disponível em:

<https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2021/10/RA_IMPACTO_BOTICARIO_2021.pdf> Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Relatório de impacto 2021**. 2021. Disponível em:

<https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2022/07/RA-Boticario_2021_v14.pdf> Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Relatório ESG 2022**. 2022. Disponível em:

<https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2023/06/RA_Boticario_2022_v10_FINAL.pdf> Acesso em: 13 out. 2024.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HAYEK, F. A. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

_____. **The Road to Serfdom**. London: Routledge, 1944.

ILO. **Working Towards Sustainable Development: Opportunities for Decent Work and Social Inclusion in a Green Economy**. International Labour Organization, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015**. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294254>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200408_Cadernos_ODS_17.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Working Towards Sustainable Development: Opportunities for Decent Work and Social Inclusion in a Green Economy**. International Labour Organization, 2012. Disponível em: <<https://www.ilo.org/publications/working-towards-sustainable-development-opportunities-decent-work-and-0>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

IPEA. **Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3263&catid=28&Itemid=39>. Acesso em: 19 jun. 2024.>

JACKSON, T. **Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet**. London: Routledge, 2011.

JACOBS, M. **The Green Economy: Environment, Sustainable Development and the Politics of the Future**. UBC Press, 1993.

KHAN, M.; SERAFEIM, G.; YOON, A. **Corporate sustainability: First evidence on materiality**. *The Accounting Review*, v. 91, n. 6, p. 1697-1724, 2016.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.

KPMG. **The road ahead: The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017**. KPMG International, 2017. Disponível em:
<<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/be/pdf/2017/kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2024.

LAUFER, W. S. **Social Accountability and Corporate Greenwashing**. Journal of Business Ethics, v. 43, n. 3, p. 253-261, 2003.

LO, K. Y.; KWAN, C. L. **The effect of environmental, social, governance and sustainability initiatives on stock value: Examining market response to initiatives undertaken by listed companies**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 24, n. 6, p. 606-619, 2017. Disponível em:
<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.1431>> Acesso em: 20 jun. 2024.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **The environmentalism of the poor: A study of ecological conflicts and valuation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972. Disponível em:
<<https://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2024.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. Disponível em:
<<https://vivauniversity.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/milesandhuberman1994.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2024.

MISES, L. V. **Human Action: A Treatise on Economics**. 3. ed. Chicago: The Mises Institute, 1998. Disponível em: <https://cdn.mises.org/Human%20Action_3.pdf> Acesso em: 30 ago. 2024.

NATURA & CO. **Relatório anual 2019**. 2019. Disponível em:
<<https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/67c3b7d4-64ea-4c2f-b380-6596a2ac2fbf/0258e3>>

91-42d8-4b37-9099-732c70aef525_relatorio%20natura%20&co%202019.pdf.> Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Relatório anual 2020**. 2020. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/67c3b7d4-64ea-4c2f-b380-6596a2ac2fbf/a2c3f871-6d79-fea0-9f80-75d9d7bdd9ab?origin=1>> Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Relatório anual 2021**. 2021. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/67c3b7d4-64ea-4c2f-b380-6596a2ac2fbf/8af17a31-2f9f-56d6-aaa2-5b297c97512d?origin=1>> Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Relatório anual 2022**. 2022. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/67c3b7d4-64ea-4c2f-b380-6596a2ac2fbf/b018e31a-fdde-bc9e-e95e-35f1f678dc0b?origin=1>> Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Visão de sustentabilidade 2030: Compromisso com a vida**. 2024. Disponível em: <<https://www.naturaeco.com/pt-br/visao-de-sustentabilidade-2030/>>. Acesso em: 9 out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

OP2B. **What we do**. One Planet Business for Biodiversity, 2024. Disponível em: <<https://www.wbcsd.org/actions/one-planet-business-for-biodiversity-op2b/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

PEARCE, D. W.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. B. **Blueprint for a Green Economy**. Earthscan, 1989.

PLASTIC FOR CHANGE. **Our impact**. Plastics for Change, 2024. Disponível em: <<https://www.plasticsforchange.org/>>. Acesso em: 18 out. 2024.

PORTER, M. E. **Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance**. New York: Free Press, 1985.

PRI. Principles for Responsible Investment: An investor initiative in partnership with UNEP Finance Initiative and the UN Global Compact. Disponível em: <<https://www.unpri.org>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

RIO+20. Sobre a Rio+20. 2011. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ROBECOSAM. Measuring Intangibles: RobecoSAM's Corporate Sustainability Assessment Methodology. Disponível em: <https://www.robecosam.com/media/2/0/2/202_Methodology_Measuring_Intangibles_2014.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável.** Ciência e Cultura, v. 71, n. 1, 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SACHS, J. D. **From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals.** The Lancet, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/journals/a/article/PIIS0140-6736%2812%2960685-0/fulltext>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SACHS, J.; SCHMIDT-TRAUB, G.; KROLL, C.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G. **Sustainable Development Report 2019.** New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019_sustainable_development_report.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SCIENCE BASED TARGETS. **What are science-based targets?.** SBTi, 2024. Disponível em: <<https://sciencebasedtargets.org/how-it-works>>. Acesso em: 16 out. 2024.

STIGLITZ, J. **People, Power, and Profits:** Progressive Capitalism for an Age of Discontent. New York: W.W. Norton & Company, 2019.

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TCFD). **Final Report:** Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures. Disponível em: <<https://www.fsb-tcfd.org/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

THE GLOBAL COMPACT. **Who cares wins:** Connecting Financial Markets to a Changing World. New York: United Nations, 2004. Disponível em: <https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNEP. **Towards a Green Economy:** Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. United Nations Environment Programme, 2011.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment:** Stockholm, 5-16 June 1972. New York: United Nations, 1973. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

_____. **Transforming Our World:** The 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **UN Sustainable Development Goals Report.** New York: United Nations, 2017. Disponível em: <<https://www.undp.org/publications/un-sustainable-development-goals-report-2017>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VANDEMOORTELE, J. **If not the Millennium Development Goals, then what?.** Third World Quarterly, v. 32, n. 1, p. 9-25, 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41059765>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

WCED. **Our Common Future.** World Commission on Environment and Development, 1987.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **The Greenhouse Gas Protocol:** A Corporate Accounting and Reporting Standard. Washington, DC, 2012. Disponível em:

<<https://ghgprotocol.org/sites/default/files/standards/ghg-protocol-revised.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2024.

YERGIN, D. **The Prize**: The Epic Quest for Oil, Money, and Power. New York: Free Press, 1991. Disponível em:

<<https://bhsecglobal.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/yergin-the-prize.pdf>>.

Acesso em: 18 jun. 2024.